

Andrea Liliana Araújo Pinheiro

**Os Ciganos de Carrazeda de Ansiães
— Estudo sobre a Percepção da Situação Social**

**Universidade Fernando Pessoa
Porto, 2012**

Andrea Liliana Araújo Pinheiro

**Os Ciganos de Carrazeda de Ansiães
— Estudo sobre a Percepção da Situação Social**

**Universidade Fernando Pessoa
Porto, 2012**

Trabalho apresentado à Universidade
Fernando Pessoa como parte dos requisitos
para obtenção do grau de Mestre em
Serviço Social

Dedicatória

Esta é uma oportunidade para agradecer o estímulo e solidariedade que fui recebendo ao longo desta caminhada. Sem o apoio e colaboração de muitas pessoas com quem contactei, este trabalho não teria sido possível.

Devo ao Professor Doutor João Casqueira Cardoso, meu orientador, o acompanhamento do trabalho e o constante encorajamento na concretização deste projecto.

Um forte agradecimento ao contributo inicial demonstrado pelo Professor Doutor Luís Santos, coordenador do curso de Serviço Social.

Um reconhecido agradecimento a todas as pessoas e famílias ciganas entrevistadas, pela disponibilidade manifestada, sem o seu contributo esta investigação não seria possível.

Um obrigado muito especial para a Filomena, que com toda a paciência e amizade me introduziu no acampamento cigano, facto este que possibilitou mais facilmente desenvolver com estes uma relação de empatia.

Em termos técnicos e informáticos agradeço o aconselhamento e apoio de João Sousa.

Aos meus pais, meus irmãos e ao Rui agradeço terem permanecido sempre do meu lado.

Muito obrigado a todos.

ÍNDICE GERAL

Índice geral.....	i
Índice de figuras.....	iii
Índice de gráficos.....	iv
Índice de quadros.....	v
Resumo.....	vi
Abstract.....	vii
Introdução.....	1
Parte I. Contextualização teórica.....	6
Capítulo 1. Conceitos fundamentais.....	6
1. Conceitos relativos à inclusão social.....	7
1.1. Integração social.....	7
1.2. Representações sociais.....	9
1.3. Comunidade.....	12
1.4. Socialização.....	15
2. Conceitos relativos à exclusão social.....	17
2.1. Exclusão social.....	17
2.2. Pobreza.....	18
2.2.1. Pobreza absoluta.....	21
2.2.2. Pobreza relativa.....	21
2.2.3. Categorias vulneráveis à pobreza.....	22
Capítulo 2. Contextos sociais do estudo.....	23
1. Contextos sociais gerais.....	23
1.1. Das minorias étnicas em geral.....	23
1.2. Dos ciganos em particular.....	26
1.3. Os Ciganos em Portugal.....	27

1.4. A integração dos ciganos em Portugal.....	30
2. Contextos sociais específicos.....	31
2.1. Carrazeda de Ansiães.....	31
2.2. Os Ciganos em Carrazeda de Ansiães.....	35
Parte II. Estudo empírico.....	39
Capítulo 3. Abordagem metodológica.....	39
1. Enunciação do problema.....	39
1.1. Objetivos do estudo.....	41
1.2. Definição da amostra.....	42
1.3. Entrada e incursão no terreno.....	43
2. Métodos de investigação adoptados.....	44
2.1. Entrevista.....	46
2.2. Inquérito por questionário.....	48
2.3. Razões das opções metodológicas.....	50
Capítulo 4. Análise e discussão da pesquisa de campo.....	51
1. Percurso escolar.....	51
2. Percurso e situação profissional.....	58
3. Condições de vida e protecção social.....	63
4. Saúde.....	63
5. Relação com a sociedade envolvente e representações sociais.....	65
6. Discussão dos resultados.....	68
Conclusão.....	73
Bibliografia.....	77
Anexos.....	82
Anexo 1 – Inquérito por questionário.....	83
Anexo 2 – Entrevista.....	87

ÍNDICE DE FIGURAS

Fig. 1. Paços do Concelho e Brasão do Concelho de Carrazeda de Ansiães.....	31
Fig. 2. Localização de Carrazeda de Ansiães no mapa de Portugal.....	32
Fig. 3. Ligações rodoviárias a Carrazeda de Ansiães.....	32
Fig. 4. Vias rodoviárias de Carrazeda de Ansiães.....	33
Fig. 5. Mapa das Freguesias de Carrazeda de Ansiães.....	33
Fig. 6. Vista de Carrazeda de Ansiães.....	34

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Percentagem de pessoas que diz que a maioria das pessoas é confiável.....	25
Gráfico 2. Relação dos ciganos com colegas e professores.....	55
Gráfico 3. Relação dos ciganos com a Instituição Escolar.....	56
Gráfico 4. Importância que a escola tem para as comunidades ciganas.....	57
Gráfico 5. Importância da escola no futuro das crianças.....	57
Gráfico 6. Situação Face ao Emprego.....	59
Gráfico 7. Significado atribuído ao Trabalho.....	60
Gráfico 8. Atividade Profissional.....	60
Gráfico 9. Procura ativa de Trabalho.....	61
Gráfico 10. Relação com os profissionais de saúde.....	64
Gráfico 11. Problemas nos serviços de saúde.....	64
Gráfico 12. Representações da forma como os Ciganos acham que são vistos pelos não Ciganos.....	65
Gráfico 13. Relação das Comunidades Ciganas com a Comunidade em Geral.....	67

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Tipologia das famílias de etnia cigana residentes no concelho.....	35
Quadro 2. Receitas/Rendimentos dos Agregados Familiares.....	36
Quadro 3. Definição da amostra.....	43
Quadro 4. Definição da Amostra.....	43
Quadro 5. Nível de Escolaridade.....	52
Quadro 6. Razões de Abandono Escolar.....	55
Quadro 7. Motivos da não procura de Trabalho.....	61
Quadro 8. Os principais problemas encontrados para conseguir trabalho.....	62
Quadro 9. Origem dos Rendimentos.....	63
Quadro 10. Auto-Imagem.....	67

Resumo

Este estudo sobre os Ciganos de Carrazeda de Ansiães visa perceber as representações sociais que estes constroem de si próprios. O objectivo do trabalho é refletir sobre as representações sociais que os indivíduos da comunidade cigana constroem de si, relativamente ao acesso a serviços básicos e na relação que estabelecem com os não Ciganos.

Para implementar esta pesquisa, foram analisados os contextos escolares, profissionais e o contexto mais largo das relações interétnicas, para determinar em que medida influenciam as representações de um conjunto de cinquenta indivíduos inquiridos e de seis indivíduos entrevistados sobre as suas realidades quotidianas.

Dos dados recolhidos, e da análise qualitativa/quantitativa efectuada, sobressai um paradoxo: por um lado, os Ciganos de Carrazeda de Ansiães consideram que são globalmente bem vistos enquanto grupo (étnico) pela sociedade local envolvente; por outro lado, consideram-se igual e globalmente discriminados pela sociedade portuguesa, como resultado de alguns vetores sistémicos desfavoráveis ao acesso a bens sociais essenciais, sobretudo no emprego e na escola.

Abstract

This study on the Gypsies of Carrazeda de Ansiães aims at understanding the social representations that they construct on themselves. The objective is to reflect on the representations of individuals from the gypsy group build for themselves, in particular as a result of access to basic social needs, and through the relationship with the non-gypsies.

In order to implement this research, the educational, professional and the wider inter-ethnic contexts have been analysed. This, in order to determine in what way they may influence the social representations of a set a 50 persons inquired and on six persons interviewed about their daily life.

From the data collected, and the qualitative analysis done, it is possible to underline the following paradox: on one side, the gypsies of Carazeda de Ansiães consider that globally they are well esteemed as an (ethnic) group in their local environment. On the other side, they actually see themselves as equally globally discriminated, due to systemic vectors as barriers to the access to social goods, and mainly in the areas of employment and school.

Introdução

Os Ciganos estão presentes na sociedade portuguesa há mais de cinco séculos. No entanto, continuam a ser considerados um grupo homogéneo, fechado sobre si e portador de uma identidade específica (Magano *cit. in* Silva, 2008). Para além disso, Casa-Nova (2009) refere que existe uma escassa produção científica de estudos sobre os Ciganos por parte dos académicos da área das Ciências Sociais em Portugal. Acrescenta Nicolau (2010) que até à actualidade os estudos acerca deste grupo étnico, quer a nível nacional, quer internacional, produziram-se, na sua imensa maioria, em contexto urbano, deixando de fora os ciganos que habitam no meio rural. Este projeto de investigação centrou-se em conhecer as representações que os ciganos residentes na Vila de Carrazeda de Ansiães constroem de si, relativamente ao entendimento do fenómeno de exclusão e de inclusão. Tentamos através do questionamento das dimensões analíticas dos conceitos de Inclusão¹/Exclusão, perceber quais os fatores (acesso a serviços de saúde, escola, emprego e as relações interétnicas) que contribuem para a sua inclusão/exclusão.

Optou-se por cruzar a metodologia de carácter qualitativo e quantitativo, para um melhor conhecimento e compreensão do objecto de estudo. Tendo em conta os objectivos definidos, a pergunta principal que nos guiou ao longo da investigação foi a seguinte: *Os indivíduos de etnia cigana residentes em Carrazeda de Ansiães sentem-se incluídos ou excluídos socialmente?* A partir da pergunta principal surgiram as perguntas complementares, para as quais pretendíamos obter uma resposta: Em que medida o trabalho é visto pelos indivíduos de etnia cigana de Carrazeda de Ansiães como um factor relevante para a sua inclusão social? Outra pergunta complementar que nos guiou foi: em que medida a educação é vista pelas pessoas de etnia cigana de Carrazeda de Ansiães como um factor relevante para a sua inclusão social?

¹ É quase impossível definir o grau preciso de exclusão ou inclusão que uma dada situação representa, existindo um *continuum* inclusão/exclusão. Contudo, ao longo do *continuum* inclusão-exclusão parece necessário estabelecer um limiar a partir do qual a pessoa é considerada como excluída (Costa *et al.*, 2008, p. 75).

Em resposta a estas questões, este estudo propõe-se refletir sobre as representações que os indivíduos de etnia² ciganos de Carrazeda de Ansiães constroem de si, relativamente à importância atribuída à escola, ao trabalho, à saúde, e às relações com a sociedade em geral.

Para tal, tornou-se fundamental proceder a um enquadramento teórico, à enunciação do problema, definindo os objetivos do estudo e construindo um modelo de análise que permitirá compreender as grandes linhas da discussão. O trabalho empírico foi realizado na vila de Carrazeda de Ansiães, no lugar denominado “Bairro do Iraque”, onde habitam as famílias ciganas em estudo.

Estruturamos o trabalho em duas partes, cada uma destas partes subdividida em capítulos. Na Parte I, que corresponde à contextualização teórica, fez-se uma subdivisão em dois capítulos. No capítulo 1, apresentam-se os conceitos fundamentais relativos à inclusão social e os conceitos fundamentais relativos à exclusão. No capítulo 2, apresentam-se os contextos sociais, que se subdividem em contextos sociais gerais e contextos sociais específicos.

Assim, no capítulo 1, são apresentados os conceitos fundamentais associados à temática, construindo-se um quadro teórico e conceptual fundamentado nas noções de inclusão e exclusão. Estes dois conceitos (inclusão/exclusão) tomam-se basilares na compreensão do objeto de estudo, uma vez que pretendemos analisar as percepções dos indivíduos ciganos sobre si mesmo, sua inclusão/exclusão na sociedade, apontando os fatores mais relevantes para essa inclusão ou exclusão: a escola, o acesso ao emprego, os serviços de saúde e as relações com os não Ciganos que contribuem para a sua inclusão social ou acentuam a sua situação de excluídos. Compreendemos assim que, os capítulos 1 e 2 apresentam os conceitos básicos, sempre relacionados com as noções de inclusão/exclusão com as quais se

² O conceito de etnia é definido por Smith (*cit. in* Pires, 2003, p. 111), enquanto identidade étnica, como um tipo particular de identidade colectiva. Para o autor o conceito tem seis dimensões: 1) um nome colectivo; 2) mitos sobre a origem e a ascendência; 3) uma história partilhada, construída por memórias e tradições comuns; 4) uma cultura comum específica, em particular nos domínios de linguagem e da religião; 5) associação com um território específico, favorecendo a “naturalização” dos mitos e dos símbolos; 6) um sentido de solidariedade que permita em situações críticas, a emergência de solidariedade que superem divisões sociais baseadas nas classes e nos partidos. A etnia remete para a partilha de uma cultura comum, partilha que é relativamente voluntária já que existem algumas margens de liberdade no sentido de os indivíduos poderem abdicar da cultura de origem a favor de outra (Mendes, 2005).

trabalha ao longo de toda a investigação e que permitirá desvendar as situações em que estes indivíduos se percebem como incluídos e as situações em que se percebem como excluídos.

No capítulo 1, definem-se os conceitos relativos à inclusão social e, neste sentido, exploram-se as noções de integração social, representações sociais, comunidade e socialização. A articulação destes conceitos serve de fundo à discussão do desenvolvimento das questões de inclusão.

A questão de integração deve ser situada no pensamento de Almeida (1993), que refere que a integração nas sociedades modernas não é possível de forma homogênea. Para João Ferreira de Almeida a integração deve ser definida como uma pluralidade vasta, aberta e mutável de estilos de vida, todos partilhando a cidadania. Isto é, todos os estilos de vida exprimem capacidades de escolha. Daí a importância da integração na percepção que os indivíduos da comunidade cigana de Carraceda constroem sobre esta. Nas palavras de Dias *et al.* (2006) as comunidades ciganas são parte integrante da sociedade portuguesa, partilhando com todos os membros da sociedade portuguesa traços comuns, assim como também partilham traços comuns com outras minorias. Neste sentido, para o autor a integração surge na forma de inclusão:

(...) os ciganos não são simplesmente mais uma minoria étnica de um conjunto de minorias étnicas presentes na sociedade portuguesa. Se é certo que, para além dos traços comuns que partilham com todos os membros da sociedade portuguesa, compartilham traços comuns com outras minorias, os ciganos são, de múltiplos pontos de vista, membros de uma minoria com identidade própria, presentes desde há séculos na sociedade portuguesa e portadora de dimensões próprias de relacionamento com o resto da sociedade, que se foram “petrificando” ao longo dos tempos (Dias *et al.*, 2006, p. 8).

De acordo com Lahire (*cit. in* Magano, 2010), integração implica a participação dos cidadãos na vida colectiva, por via das instâncias de socialização (a família, a escola, o trabalho, etc.) em contextos múltiplos. Sendo essas mesmas unidades estudadas no sentido de compreender e analisar se esses indivíduos se percebem como indivíduos integrados em todas estas dimensões, ou em apenas algumas.

Subjacente a esta questão surge o conceito de *representações sociais*, conceito fundamental, uma vez que se pretende apresentar como os indivíduos ciganos fazem uso das impressões que têm sobre os outros — isto é sobre a sociedade maioritariamente não cigana em Portugal. Percebe-se através das representações que os indivíduos fornecem explicações para estabelecer o seu conhecimento do mundo social. Através da definição de Fischer (2002), podemos entender os significados das representações sociais das pessoas ciganas. Assim para Fischer (2002, p. 151) as representações sociais são:

(...) uma maneira de organizar o nosso conhecimento da realidade, ela mesma socialmente construída. Tal conhecimento elabora-se a partir dos nossos próprios códigos de interpretação, culturalmente marcados, e constitui, neste sentido, um fenómeno social em si mesmo. Deste ponto de vista, o processo de representação introduz um carácter de diferenciação nas lógicas sociais e traços individuais e dá lugar a uma construção e reconstrução da realidade, integrando de maneira específica a dimensão psicológica e social.

A análise dos aspetos da percepção e da representação social revelou-se uma maneira de pensarmos o mundo dos ciganos e mostrou-nos que o conhecimento corresponde a uma construção social da realidade, ou seja, as representações refletem o funcionamento das regras e dos valores de uma dada cultura (Fischer, 2002).

Na sequência dos conceitos relativos à inclusão social, apresentam-se as noções relativas à exclusão social, pobreza e as categorias vulneráveis à pobreza. O fenómeno da exclusão social introduz com efeito uma dimensão essencial para este estudo, uma vez que aparece frequentemente associada a *grupos étnicos minoritários*. Neste contexto, as categorias sociais vulneráveis são relegadas para uma situação de exclusão e marginalização (Mendes, 2005).

O capítulo 2 sobre os contextos sociais do estudo, apresenta-se subdividido em contextos sociais gerais e contextos sociais específicos. Nos contextos sociais gerais reflecte-se sobre a situação das minorias étnicas em geral, fazendo um enquadramento da situação dos Ciganos em particular, contextualizando a história de exclusão dos Ciganos e por fim, apresentando em particular a história dos Ciganos em Portugal, assim como também, a integração dos Ciganos em Portugal. No mesmo capítulo, aborda-se os contextos sociais específicos deste estudo, isto é a situação sócio-geográfica de Carrazeda de Ansiães —

onde se realizou o trabalho de campo — e caracteriza-se a situação da comunidade cigana de Carrazeda de Ansiães, tendo em consideração os dados do Diagnóstico Social da vila em questão.

A parte II, dedicada ao estudo empírico, é subdividida em dois capítulos: o capítulo 3, abordagem metodológica, e o capítulo 4, análise e discussão da pesquisa de campo.

No capítulo 3, abordagem metodológica, centraram-se as reflexões sobre o processo metodológico adoptado. A metodologia utilizada foi de tipo quanti-qualitativa (uso simultâneo e complementar de métodos quantitativos e qualitativos) de forma a obter dados diversificados, numa tentativa de cruzar as informações dos diferentes actores sociais envolvidos (a comunidade cigana em questão), interpretando os significados e experiências dos actores sociais, fazendo uso para tal, da entrevista e inquérito por questionário. Enuncia-se neste capítulo o problema, os objectivos de estudo e a definição da amostra para a pesquisa de campo. A exposição das opções metodológicas abriram o caminho para o capítulo 4, onde se analisa e discute os resultados do estudo realizado.

Nesse último capítulo, o capítulo 4, procede-se à análise e discussão dos resultados, apresentação do contexto de investigação, e por fim, a apresentação e análise dos dados. Apresenta-se, igualmente, os resultados das entrevistas e questionários realizados sobre o tema em estudo. Por fim, surgem as conclusões finais, onde é dado realce aos resultados tidos por mais relevantes e onde se articulam as dimensões teóricas com as dimensões empíricas, possibilitando um conhecimento mais profundo, num plano científico, das realidades vividas e sentidas pelos Ciganos de Carrazeda de Ansiães.

Parte I. Contextualização teórica

Capítulo 1. Conceitos fundamentais

Os Ciganos enquanto grupo étnico³ diferenciado e minoritário, estão inseridos numa sociedade mais ampla, a denominada sociedade maioritária (Mendes, 2005). O facto de representarem um grupo minoritário relega-os muitas vezes para situações de marginalização, exclusão e pobreza.

O objectivo deste Capítulo consiste em clarificar conceitos que estão em grande medida associados aos Ciganos, reflectindo sobre as representações dos indivíduos de origem cigana, relativamente a si e à visão que estes constroem sobre a sociedade, problematizando o seu ponto de vista sobre a sua posição na sociedade dominante, neste caso a sociedade portuguesa⁴.

O capítulo 1 apresenta-se dividido em dois eixos fundamentais, que são precisamente os conceitos relativos à inclusão e os conceitos relativos à exclusão social. A apresentação destes dois conceitos (Inclusão/Exclusão) surgem como elementos fundamentais para a enunciação do problema, uma vez que, a nossa pergunta de partida parte precisamente das

³ Um grupo étnico é uma categoria de pessoas cujas marcas culturais percebidas são consideradas socialmente significativas (Brym *et al.*, 2006). A este propósito Giddens (2002, p. 703) considera os grupos minoritários ou minorias étnicas como “um grupo de pessoas em minoria numa dada sociedade que, em virtude das suas características físicas ou culturais, se encontram em situações de desigualdade no interior da sociedade.”

O grupo étnico é composto por pessoas cujas marcas culturais percebidas são consideradas significativas socialmente. Os grupos étnicos diferem entre si em termos de língua, religião, costumes, valores e ancestralidade (Brym *et al.*, 2006). As sociedades industrializadas apresentam uma crescente diversidade cultural, nelas podem coabitar grupos populacionais etnicamente diferentes que, embora sujeitos a uma mesma ordem política e social, se diferenciam uns dos outros, estes grupos são denominados por grupos étnicos. São vários os indicadores que podem servir para distinguir os grupos étnicos face à sociedade maioritária. De um modo geral, os mais comuns advêm da história e da ancestralidade; da aparência física; da língua; dos estilos de vestuário e adornos; dos hábitos e dos costumes; das regras e normas de conduta; do tipo de estratificação social que constroem e que passa a pautar o seu sistema de relações (Rocha-Trindade, 1995).

⁴ Não podemos aqui deixar de falar do conceito de “hábito” segundo Pierre Bourdieu. Designando este conceito a maneira como as pessoas tendem a pensar e a agir nas mais variadas circunstâncias. A ideia fundamental de Bourdieu, é que esta maneira de pensar e agir surge como resultado da interiorização progressiva pelos indivíduos das condições objectivas da classe a que pertencem, nomeadamente através da socialização no âmbito da família de origem, mas também da escola, do meio social em que se vive e de outras experiências individuais e colectivas (Almeida *et al.*, 1994, p. 145).

noções de inclusão e exclusão, no sentido de perceber se as pessoas pertencentes à comunidade cigana estudada sentem incluídos ou excluídos.

Se a exclusão aparece aqui como um conceito antagónico ao de inclusão, o conceito de exclusão contém sempre implicitamente o de inclusão (Magano, 2010). Associados ao conceito de inclusão, encontram-se o de comunidade, precisamente por uma comunidade poder ser entendida como um conjunto de pessoas que partilham as mesmas normas, e que geralmente vivem no mesmo espaço, compartilhando do mesmo legado cultural e histórico.

Os Ciganos situam-se aqui como uma comunidade de valores e de uma cultura muito própria que orienta os seus comportamentos sociais. Por fim, o conceito de socialização aparece associado ao de inclusão, pois é através da socialização que o indivíduo vai progressivamente interiorizando os valores, normas e comportamentos imprescindíveis para a sua inclusão numa determinada sociedade. Sendo a família um dos mais importantes pilares da sociedade, pretende-se precisamente aqui compreender os processos mediante os quais os indivíduos e os grupos apreendem e interiorizam as normas e os valores. Para se compreender a comunidade cigana temos de analisar os aspetos da sua estrutura: a família, as relações entre os seus membros e mesmo o papel da escola na sua socialização.

Ainda no capítulo 1, os conceitos relativos à exclusão social, a exclusão social, associa-se automaticamente à temática, pois a grande maioria dos indivíduos ciganos estão subjugados para situações de exclusão. A pobreza e a pertença a grupos étnicos aparecem frequentemente associadas a situações de exclusão.

1. Conceitos relativos à inclusão social

1.1. Integração social

O conceito de integração social remete para um conjunto de situações estáveis e consolidadas relativamente às relações sociais, tais como as relações de trabalho, de família e entre os outros membros constituintes da sociedade.

Para Xiberras (1996, p. 27), “a integração supõem a escolha e participação dos seus membros (...). Esta noção sublinha, assim, a intenção de arranjar espaço entre os outros, mas em coerência com o lugar dos outros e não somente ao lado, ou entre os outros.” O conceito de integração proposto por Xiberras (1996) aparece associado à noção de solidariedade orgânica de Durkheim, propondo uma relação de harmoniosa com os outros, ou com o todo. Para Durkheim (*cit. in* Magano, 2010), a integração é abordada em termos de coesão social, ou seja, procuraram compreender como os indivíduos podem viver juntos e organizar-se em sociedades.

A coesão social das sociedades, segundo Durkheim, corresponde assim à distinção entre duas formas de solidariedade: a solidariedade “mecânica” e a solidariedade “orgânica”. A solidariedade mecânica, ou “solidariedade por semelhança”, domina em sociedades onde os indivíduos diferem pouco um dos outros. Os membros de uma coletividade assemelham-se porque experimentam os mesmos sentimentos, partilham os mesmos valores e reconhecem o mesmo sagrado. Durkheim, chama solidariedade orgânica à solidariedade em que a coletividade resulta da diferenciação. Os indivíduos já não são semelhantes, mas diferentes, comparando Durkheim estas sociedades industriais com os órgãos do ser vivo, onde cada um exerce uma função própria e, não se assemelhando, são indispensáveis para a vida (Aron, 2000). Percebe-se assim que, enquanto na solidariedade mecânica a coesão social tem por base indivíduos idêntico, com uma forte consciência coletiva. Na solidariedade orgânica a coesão social assenta na *diferença entre os indivíduos* e no conseqüente declínio da consciência coletiva subjacente ao desenvolvimento do individualismo (Durkheim, 1984 *cit. in* Magano, 2010).

Usando o pensamento do sociólogo Talcott Parsons (*cit. in* Magano 2010), a sociedade é integrada quando se estabelecem relações entre os indivíduos, e estes partilham um universo simbólico e normativo comum. Refletindo desta forma, as regras de vida coletiva, os mesmos valores que são institucionalizados nos elementos estruturais do sistema social.

A integração social surge como um produto da integração sucessiva em diversos subsistemas. Assim sendo, a integração dos diversos subsistemas num sistema geral de

ação, em que cada uma das dimensões da ação exige a interiorização do sistema por parte dos indivíduos. Significando que, as normas e os papéis são concebidos como a institucionalização dos valores que moldam a personalidade e motivações dos indivíduos, enquanto que, os valores e as normas definem relações sociais concebidas como papéis regulados por normas que remetem para os valores interiorizados pelo indivíduo (Magano, 2010, p. 59).

De acordo com Dias *et al.* (2006, p. 13), o indivíduo para estar integrado tem de passar pela interação de quatro sistemas:

1. O sistema político – jurídico – o sistema que engloba a integração ao nível cívico e político;
2. O sistema económico – o sistema que pressupõe a integração sócio- económica;
3. O sistema comunitário e familiar – o sistema que pressupõe quer a integração familiar, quer a integração na comunidade mais abrangente;
4. O sistema de proteção familiar – o sistema que, por via dos mecanismos públicos e universais de incentivo à solidariedade social, proporciona a integração social e estimula a interação social.

Isto quer dizer que a integração social implica a mudança de atitudes, não só dos indivíduos ou grupos excluídos, como também na própria sociedade que os integra isto implicará transformações estruturais na organização de uma sociedade.

1.2. Representações sociais

O conceito de representação social resultou de uma reformulação da ideia durkheimiana de “representação coletiva” (1893), e em 1898 de “representações sociais”, para “representações individuais”. As representações coletivas de Durkheim aplicavam-se essencialmente às sociedades tradicionais ou primitivas, onde imperava a homogeneidade e indiferenciação individual (Neto, 1998).

Moscovici procurou salientar a dinâmica das representações sociais, abdicando da visão homogénea defendida por Durkheim (Duarte *et al.*, 2005). Para Moscovici, as representações habitam num mundo plural e dinâmico, e longe de serem sistemas fechados

constituem imposições do exterior, resultando essencialmente dos processos de comunicação e interação entre os homens e grupos (Moscovici, 1988). Desta forma, de acordo com Moscovici, as representações sociais são um conjunto de conceitos, proposições e explicações criadas na vida quotidiana no decurso da comunicação interindividual. Moscovici (*cit. in* Fischer, 2002, p. 152) define da seguinte forma as representações sociais:

A representação social é «um sistema de valores, noções e práticas relativos a objectos, aspectos ou dimensões do meio social, que não só permite a estabilização do quadro da vida dos indivíduos e dos grupos, mas que constitui, igualmente, um instrumento de orientação de percepção de situações de elaboração de respostas».

Morales *et al.* (1997, p. 817) refere mesmo que, as representações sociais só podem aparecer em grupos e sociedades nas quais os discursos sociais incluem comunicação. Implicando essa comunicação tanto pontos de vista convergentes como divergentes sobre diversas questões. O processo de comunicação desempenha assim um papel fundamental na criação, reprodução e transformação das representações sociais. As representações sociais permitem a construção de uma linguagem comum, a partilha de uma rede de significados não expressos e a possibilidade da apreensão de certos elementos que concedem aos discursos e às práticas sociais (Duarte *et al.*, 2005, p. 17).

Morales *et al.* (1997) introduz precisamente o conceito de “grupos reflexivos” nas representações sociais. Os grupos reflexivos são definidos através dos seus membros, onde os membros conhecem a sua filiação. Fazer parte do grupo significa que dispõem de uma representação consciente das pessoas que pertencem ao grupo.

Os membros do grupo reflexivo elaboram colectivamente nas suas práticas diárias, as regras, justificações e razões da conduta e consciência grupal (Bourdieu *cit. in* Morales *et al.*, 1997). Quando entram em conflito com outros grupos, ou quando se deparam com novos fenómenos que entram em conflito com o conhecimento estabelecido tendem a reelaborar as suas regras e elaborar novos conhecimentos. O pensamento colectivo e a reflexibilidade dos grupos complementam-se, tornando-se pré-requisitos fundamentais para a identidade social. Assim a identidade social liga-se desta forma às representações sociais

pois a identidade social implica o conhecimento dos grupos e dos que a eles pertencem. Por outro lado, a identidade é específica do grupo e conduz os seus membros a situar-se num espaço comum (Morales *et al.*, 1997).

As representações sociais, ao reportarem-se aos conteúdos do pensamento e da vida quotidiana, concedem coerência à realidade que o homem observa e em que vive e condicionam a sua percepção do mundo exterior (Duarte *et al.*, 2005).

Goffman (*cit. in* Magano 2010) apresenta o estigma como uma construção social, correspondendo às expectativas geradas em situações sociais. Para Goffman (1996, p. 259), a representação significa:

Quando um indivíduo desempenha um papel, implicitamente solicita de seus observadores que levem a sério a impressão sustentada perante eles. Pede-lhes para acreditarem que o personagem que veem no momento possui os atributos que aparenta possuir, que o papel que representa terá as consequências implícitas pretendidas por ele e que, de um modo geral, as coisas são o que parecem.

Ao longo da história das sociedades são construídas barreiras, estereótipos e representações sociais sobre os “outros” diferentes de “nós” que podem assumir diversas designações. Os indivíduos “rotulados”, classificados como “o outro”, fazem ao longo da sua história um percurso mais penoso para atingir os mesmos objetivos que outros indivíduos a quem não sejam imputados estereótipos nem representações sociais negativas (Magano, 2010, p. 63).

As representações sociais são transmitidas no processo de socialização, assentando em determinados valores, partilhados pelos membros de uma coletividade. As representações sociais orientam e determinam comportamentos. Dizem respeito a grupos socioculturais e não a sujeitos individuais, embora estes sintam as consequências (positivas ou negativas) dessas representações sociais. As representações sociais são imagens mentais que os indivíduos vão construindo, influenciadas pelos processos de socialização, pelos meios de comunicação social e pelas relações que desenvolvem nos diversos contextos sociais de interação. E, dado serem construções elaboradas pelos seres humanos, são também passíveis de mudança pelos mesmos, o que confere ao conceito um carácter dinâmico e não estático (Cortesão *et al.*, 2005).

As representações sociais relativamente a indivíduos de origem cigana continuam a ser negativas (Magano, 2010). Cabecinhas & Amâncio (2004) apresentam dois estudos onde investigaram a este propósito, as representações sociais acerca de grupos minoritários. No primeiro estudo, aplicado a jovens - analisaram as noções de “raça” e “grupo étnico. No segundo estudo, investigaram a valência e o consenso dos auto e hetero-estereótipos de jovens portugueses e angolanos.

A destacar deste primeiro estudo que os ciganos foram o grupo mais referido, tanto na condição de “grupo étnico” como na condição de “raça” (respectivamente 92,9% e 64,3%) o que remete para a elevada saliência deste grupo na sociedade portuguesa (Cabecinhas & Amâncio, 2004).

No IV Congresso Português de Sociologia (Silva & Silva, 2000) foi referido que as representações sociais negativas, os preconceitos, estereótipos, evidenciadas não só bloqueiam a comunicação entre a minoria étnica cigana e a sociedade maioritária, como também são um fator de incompreensão mútua.

1.3. Comunidade

O conceito de comunidade tem sido apresentado quase sempre numa perspectiva dicotómica, Ferdinand Tönnies — Comunidade/Sociedade e Émile Durkheim — Solidariedade mecânica/Solidariedade orgânica.

Ferdinand Tönnies diferencia estes dois conceitos (Comunidade/Sociedade), referindo que, ambos se constroem através de relações. Assim sendo, a comunidade compreende a vida real orgânica, enquanto que a sociedade, é uma construção ideal e mecânica (Cruz, 1995, p. 511). Segundo Tönnies, na comunidade, as pessoas encontram-se unidas por laços naturais e espontâneos, bem como por objetivos comuns que transcendem o interesse de cada um. Para além disso Tönnies refere que, as comunidades são constituídas sob o domínio da vontade orgânica. Assim teríamos: em primeiro lugar, as comunidades de sangue, como a família, a linhagem e o clã, que corresponderiam à primeira forma de vontade orgânica – o

desejo. Em segundo, as comunidades de lugar, como a vizinhança que correspondem à segunda vontade orgânica – o hábito. E por último as comunidades de espírito, baseadas na amizade ou na concórdia, correspondentes à terceira vontade orgânica – a memória (Galliano, 1981).

A teoria da sociedade constrói um círculo de pessoas que, tal como na comunidade as pessoas vivem pacificamente lado a lado, estando no entanto, separados na essência, ou seja, estão separadas apesar de tudo que as une. Segundo este ponto de vista, cada um está só e em estado de tensão contra todos os restantes. Ninguém fará nada pelo outro, ou dará seja o que for, a não ser por retribuição ou troca (Tönnies *cit. in* Cruz, 1995).

Émile Durkheim, interessa-se pela passagem da comunidade — solidariedade mecânica ao indivíduo — solidariedade orgânica (Silva, 2008). Com efeito, segundo esta visão de Durkheim, a solidariedade mecânica, significa um vínculo existente entre os homens socialmente indiferenciados, ou diferenciados apenas pelo trabalho em função do sexo e da idade, remetendo para a ideia de comunidades. A solidariedade orgânica, baseia-se na divisão social do trabalho característico das complexas organizações modernas, ligando-se à ideia de sociedade (Galliano, 1981, p. 126).

Weber, baseando-se em Tönnies, distingue e opõem termos semelhantes aos empregados por Tönnies: a “Comunalização” (Vergemeinschaftung) e a “Socialização” (Vergesellschaftung) (Galliano, 1981, p. 126). Distinguindo entre a ordem da comunidade/ordem da sociedade, o tempo do laço comunitário e o tempo do laço societário. (Weber *cit. in* Magano, 2010). A ordem da comunidade é característica no mundo tradicional, enquanto que, a ordem da sociedade, caracteriza as grandes cidades industriais e comerciais. No caso da comunidade o sentimento do grupo é de pertença por razões afectivas, tradicionais ou emocionais. No caso das sociedades, os indivíduos estão ligados por laços contratuais e por interesses racionais (Magano, 2010). Para Weber, a “comunalização”, é a relação social que se baseia no sentimento dos participantes pertencerem a um mesmo todo, originando-se tal sentimento, na tradição e na afectividade. As relações deste tipo podem ser do tipo religioso (comunidades religiosas), doméstico

(família), erótico (casal), ético (nação), etc. A “socialização” para Weber pode ser definida como um tipo de relação social correspondente aos fundamentos da legitimidade – a crença racional com respeito a valores, ou seja, corresponde à validade de convicções como a justiça, a liberdade, perseguidas segundo uma atitude racional e a crença racional com respeito a finalidades, que corresponde à validade daquilo que é legal, envolvendo a busca de fins racionais por meios igualmente racionais (Galliano, 1981).

Neste sentido, segundo Anthony Cohen, a ideia de comunidade implica simultaneamente, similitude e diferença, para designar um grupo social cujos membros se encontram unidos por traços comuns, que por outro lado, os distinguem de outros grupos ou entidades sociais (Cohen, 1985). De acordo com Cohen (*cit. in* Duarte *et al.*, 2005), as comunidades não existem em si mesma, isoladas do mundo que as rodeia. Pelo contrário, a sua existência é o resultado de um processo de natureza essencialmente relacional. É através do confronto com a alteridade que se constroem, por distinção e oposição, as identidades sociais.

Giddens (1995. p. 89) diz-nos que: “a comunidade local não é um ambiente saturado de significados familiares e dados como certos, mas sim, em grande medida, uma expressão localmente situada de relações distantes.” O autor quer com isto dizer que, as comunidades não exprimem apenas práticas e envolvimentos baseados localmente, mas são atravessados por muitas influências. De facto, e segundo Cohen (1985, p. 4) “(...) we are not aware of the distinctiveness and the circumscription of our own behaviour until we meet its normative boundaries in the shape of alternative forms.”

O termo comunidade indica as colectividades onde se encontra um elevado grau de coesão, baseado em valores, interesses, normas e costumes partilhados pelos membros. A comunidade cigana vive intensamente este grau de coesão. A este respeito Nunes (1981, p. 3) refere o exemplo da vida familiar na comunidade cigana: “A intensidade da vida familiar da comunidade cigana leva-nos a concluir que este é um povo ensimesmado, e voltado para si mesmo, de tal modo que, onde ele termina, aí termina o seu horizonte humano.”

Percebemos assim a importância da unidade e coesão de grupo para esta comunidade. Contudo, o conceito de comunidade tem implícito outros conceitos conexos – como por exemplo o de minorias. O termo minoria segundo Deschamps (*cit. in* Mendes, 2005), indica que o termo designa aquele que dispõem de menos recursos (autoridade, prestígio, poder, competências) para impor as suas opiniões.

O próprio conceito de minoria étnica supõem “desvantagens” em relação à maioria da população, e têm um certo sentido de solidariedade de grupo, pelo facto de pertencerem ao mesmo grupo. A experiência de serem objecto de preconceitos e discriminação amplifica normalmente sentimentos de lealdade e interesses comuns (Giddens, 2002). De acordo com o autor, os grupos minoritários estão física e socialmente isolados do resto da comunidade.

1.4. Socialização

Demartis (1999) entende por socialização o processo mediante o qual os indivíduos e os grupos apreendem e interiorizam as normas culturais e os valores próprios do contexto social de pertença. Trata-se de um processo elaborativo que, desde a primeira infância, se estende à idade adulta, segundo fases e modalidades diferentes.

Para Giddens (2002, p. 44) a socialização aponta para um fenómeno:

(...) onde os grupos aprendem a interiorizar as normas culturais e os valores, processo pelo qual as crianças indefesas se tornam gradualmente seres auto-conscientes, com saberes e capacidades, treinadas nas formas de cultura em que nasceram. A socialização não é uma espécie de «programa cultural», em que a criança absorve de forma passiva as influências com as quais entra em contacto.

Desta forma, a socialização implica a transmissão de valores e cultura, ligando as diferentes gerações entre si.

Max Weber (*cit. in* Montenegro, 2003) distingue dois tipos de socialização: a *socialização comunitária*, que assenta no sentido de unificação e de pertença, tal como a família, clã, aldeia e etnia; a *socialização societária*, que “implica uma dissociação e uma

autonomização crescente dos campos de actividade social cuja configuração depende das relações entre os interesses dos actores implicados”. Podemos associar o conceito de *socialização comunitária e socialização societária*, proposto por Max Weber, aos conceitos de *socialização primária e socialização secundária* proposto por Crespi (*cit. in* Montenegro, 2003).

Neste sentido, a socialização primária, entendida por Weber como socialização comunitária, desenvolve-se a partir da primeira infância, sobretudo nas interpelações pessoais, através das relações familiares e de grupo (relações de vizinhança, entre indivíduos da mesma idade, amigos).

Segundo Demartis (1999, p. 45) a socialização primária define-se como:

(...) é, habitualmente, a mais importante, constituindo a estrutura fundamental de toda a ulterior socialização. Cada indivíduo nasce, de facto, no seio de uma determinada estrutura social, onde encontra as pessoas que velam pela sua socialização e mediante as quais ele acolhe um determinado mundo cultural. (...) A socialização primária, de facto, tem lugar através da identificação com o outro importante. Graças à identificação com as pessoas que cuidam dela e das atitudes que têm na sua presença, a criança torna-se capaz de adquirir uma identidade subjectivamente coerente e de ter consciência de si.

Para o povo cigano, a família enquanto agente socializador é simultaneamente, uma unidade de produção e de organização social (Montenegro, 2003). Para a autora, a família exerce para as comunidades ciganas uma função educativa e integradora, indispensável para a coesão familiar. Com base nesse principio Montenegro (2003, p. 73) clarifica o papel socializador da família:

As comunidades ciganas não abdicam da sua função educativa e fazem-nos de uma forma integradora, interdependente e global. (...) A função educativa do grupo é indispensável para a manutenção da coesão familiar: as crianças e jovens são assunto de todos: avós, primos, tios, irmãos (...). Cada um é necessário e contribui para o todo. As aprendizagens fazem-se gradualmente e integradas nas funções socioeconómicas da família.

A respeito da socialização secundária Demartis (1999, p. 47) também refere:

A socialização não se encerra com a infância, mas estende-se durante todo o curso da existência. (...) A socialização secundária consiste, então, em indicar um conjunto de socializações particulares

(profissionais, religiosas, associativas, etc.) que têm momentos e modalidades específicas e contribuem para a formação complexa da personalidade social do indivíduo.

Magano (2010, p. 14) a respeito da socialização formal refere:

A socialização formal por via da escola promove a aprendizagem dos direitos de cidadania e das competências pessoais que ajudam a interpretar símbolos sociais, alargando o conhecimento sobre outros. Neste sentido, ela será uma das principais vias de mobilidade social e de melhoria do estatuto socioeconómico.

Neste sentido, a escola também pode ser entendida com promotora de inclusão. Mas é na família que reside o papel socializador principal. A este respeito, Nunes (1981, p. 168) argumenta, “Não há dúvidas que um dos pilares da sociedade cigana, e um dos factores que mais terá contribuído para a sua sobrevivência é a família.”

Claude Dubar (*cit. in* Montenegro, 2003), define a socialização como sendo um processo descontínuo de construção colectiva de condutas sociais que integra três aspectos complementares: aspecto cognitivo, traduzindo-se em *regras*; aspeto afetivo, exprimindo-se em *valores* o aspeto expressivo simbolizando-se por *signos*.

2. Conceitos relativos à exclusão social

2.1. Exclusão Social

Para Costa (*cit. in* Dias *et al.*, 2006), a noção de exclusão implica a existência de um *contexto de referência* do qual se é ou se está excluído. Contudo, um indivíduo pode estar excluído de um determinado sistema social, não implicando por conseguinte, que esteja excluído de todos os outros sistemas sociais. Esta constatação faz do fenómeno de exclusão social um fenómeno dinâmico.

A sociedade não oferece a todos os seus membros os mesmos direitos e deveres, produzindo-se assim, situações de exclusão social. Como resultado, as pessoas desfavorecidas perdem o estatuto de cidadania, ou seja, vêem-se impedidas de participar nos padrões de vida tidos por aceitáveis na sociedade em que vivem (Capucha, 1998). Cada sociedade tem assim os seus padrões de cultura, incorporando os seus respectivos valores e

representações. Os excluídos surgem como aqueles cidadãos que não partilham dos valores e das representações da sociedade onde estão inseridos (Dias *et al.*, 2006). Xiberras (1996 p. 19) acrescenta que, os excluídos “não são só rejeitados fisicamente (racismo), geograficamente (gueto) ou materialmente (pobreza)”. Portanto, para (Xiberras, 1996), os excluídos não são só excluídos das riquezas materiais, mas também das riquezas espirituais:

São excluído todos aqueles que recusam ou são incapazes de participar no mercado de trabalho. O fenómeno de pobreza e desemprego são considerados similares na sua maneira de exclusão. Outros fenómenos como o racismo, tentam excluir uma categoria da população definida como um alvo a eliminar tais como, as minorias étnicas ou de cor.

A exclusão não está necessariamente associada à pobreza, resulta das várias formas de discriminação e preconceito que excluem as minorias da sociedade (Costa *et al.*, 2008). A exclusão parece ser favorável ao aparecimento da discriminação e da segregação, conduzindo à xenofobia e variedades de racismo, existindo determinados grupos sociais a quem é negado o acesso aos direitos de cidadania, através do processo de etnicização (Araújo *et al.*, 1998).

Costa *et al.* (2008), definem vários tipos de exclusão, causados por factores de natureza social; factores de origem legal; factores de natureza cultural; factores patológicos e de comportamentos destrutivos. Os factores de natureza social, que conduzem à exclusão devem-se ao modelo de organização da sociedade e dos estilos de vida dominantes, ou seja, os indivíduos não têm lugar na sociedade. Os factores de origem legal, referem-se à relação dos indivíduos e dos diferentes grupos com o sistema político, nomeadamente ao nível da cidadania. Os factores de natureza cultural, o racismo a xenofobia e preconceitos são factores que originam este tipo de exclusão. Os factores patológicos e de comportamentos auto-destrutivos, a presença de qualquer destes dois tipos de problemas poderá estar na origem de disfuncionalidades na relação dos indivíduos.

2.2. Pobreza

O conceito de pobreza baseia-se na noção de falta ou privação de recursos materiais e culturais (Capucha, 1998; Costa *et al.*, 2008). De acordo com Capucha (*cit. in* Duarte *et al.*,

2005), a noção de pobreza independentemente de ser absoluta ou relativa, reporta-se às deficientes condições materiais de existência, ou seja, à insuficiência de recursos de ordem económica. Também Costa *et al.* (2008, p. 62), definiu a pobreza como “uma situação de privação por falta de recursos”. Segundo esta visão, a pobreza implica, tal como em Capucha (1998), falta de recursos, e que por conseguinte originam formas de exclusão social. Por outro lado, se a pobreza significa privação, ou seja, a pessoa não consegue satisfazer as suas necessidades humanas básicas⁵ (alimentação, transportes, energia, água, habitação, etc.) e que quanto mais profunda for a privação, mais profundo será o estado de exclusão.

Demartis (1999) refere que a pobreza pode ser definida em termos de rendimentos, distinguindo a pobreza como privação absoluta (falta de meios para satisfazer as necessidades fundamentais), da pobreza como privação relativa (incapacidade de manter os níveis médios de vida da sociedade a que pertence).

Mas a pobreza não se avalia só em relação ao rendimento. A este respeito Capucha (1998) refere que, a noção de pobreza está associada a dois tipos de privação de recursos (materiais/culturais). Nesta perspectiva, a pobreza não se define apenas e só através da falta de recursos materiais, mas também através da carência de recursos culturais. A privação destes dois tipos de recursos, tende então a produzir aquilo a que o autor denomina “cultura de pobreza”. Correspondendo a “cultura de pobreza” às maneiras de ser, fazer e sentir das pessoas, cujos recursos são tão escassos que não lhes permitem viver segundo os padrões definidos como norma numa sociedade. É com Oscar Lewis, que surge a expressão “cultura de pobreza”. Oscar Lewis (*cit. in* Paugam 2003, p. 51) considerara que:

A cultura de pobreza é ao mesmo tempo uma adaptação e uma reacção dos pobres à sua posição marginal numa sociedade de classes estratificada, extremamente individualizadas e capitalistas. (...) a cultura de pobreza não é somente uma adaptação a uma série de condições objectivas do conjunto da sociedade. Uma vez que se manifeste, tende a se perpetuar de geração em geração, em razão do efeito que produz nas crianças.

⁵ Noção que merece críticas por ser arbitrária. As necessidades consideradas básicas e os níveis mínimos da sua satisfação são relativos a padrões normativos ou maioritariamente partilhados em cada sociedade (Capucha, 2005).

Assim, devido às precárias e duras condições de vida, as pessoas pobres geram estratégias, sistemas valorativos, sistemas de representações, atitudes e maneiras de viver que permitem a adaptação dessas pessoas a tais condições de vida, ou seja, desenvolvem a sua própria “cultura de pobreza” (Almeida *et al.*, 1994). Para Almeida *et al.* (1994, p. 167), a “cultura de pobreza”, traduz-se em traços característicos. O autor dá como exemplo, as famílias pobres, que geralmente, formam comunidades fechadas sobre si próprias, segregadas e marginalizadas, mas capazes de definir as suas próprias regras, que permitem a sobrevivência. A intensidade dos laços internos, têm muitas vezes como contraponto a incapacidade de relacionamento com as instituições da sociedade (Capucha, 2005, p. 68).

Contudo, as duas abordagens (tradição culturalista e sócio-económica) apresentam algumas desvantagens (Almeida *et al.*, 1994). A abordagem sócio-económica⁶ tem dificuldade em dar conta da dimensão multidimensional do fenómeno, sobrevalorizando os recursos materiais. Por seu turno, a tradição culturalista, apresenta como principal desvantagem, a sua visão microscópica das comunidades pobre. Além disso, apresenta os pobres como sendo a cultura de todas as pessoas em situação de exclusão social (Almeida *et al.*, 1994).

Demartis (1999) salienta que a pobreza é multidimensional, ou seja, para além da dimensão económica, outras variáveis sócio-económicas devem ser tidas em consideração quando se fala de pobreza, nomeadamente o acesso ao ensino, saúde e trabalho, que só são em parte dependentes de rendimentos. Assim, numa sociedade existem grupos sociais mais débeis que desenvolvem muitas vezes relações de autodefesa, originando a “cultura de pobreza”. Dois conceitos fundamentais associados à pobreza e que devemos aqui ter em consideração na definição do conceito de pobreza são: o de pobreza absoluta e pobreza relativa que seguidamente desenvolveremos.

⁶ A tradição socioeconómica é uma designação atribuída à distribuição dos recursos económico, nomeadamente, das despesas de rendimentos (Capucha, 2005).

2.2.1. Pobreza absoluta

A pobreza absoluta, remete para a noção de subsistência⁷ e define como pobres os grupos, as famílias e as pessoas cujos recursos materiais, sociais e simbólicos são tão escassos que não garantem as necessidades básicas (Almeida *et al.*, 1994; Capucha, 1998; Giddens, 2002). Para Giddens (2002), a pobreza absoluta, ou tal como ele a denomina de “*subsistência*”, é o tipo de pobreza que se denota quando há falta de requisitos básicos de sustento para uma existência física saudável – alimentação suficiente e abrigo que possibilitem o funcionamento físico eficaz do organismo.

De acordo com Almeida *et al.* (1994), Capucha (1998) e Giddens (2002), o conceito de pobreza absoluta remete para a ideia de miséria, em que os indivíduos não tem meios para satisfazer as necessidades fundamentais de um ser humano, como manter a saúde e o bom funcionamento do organismo. Demartis (1999), entende por pobreza absoluta, a falta de meios para satisfazer as necessidades fundamentais.⁸ A pobreza absoluta, segundo a autora, é analisada quase sempre através dos níveis de rendimentos. Assim, consideram-se pobres todos os indivíduos ou famílias, cujo seu rendimento é tão baixo que carecem dos meios para a sua sobrevivência. Para Almeida *et al.* (1994), a pobreza absoluta, reflete carências. Essas carências podem ser de ordem “primária”, ou “secundária”. Se a insuficiência significa pura ausência de recursos, a pobreza é dita primária, se, por outro lado, tem a ver com o desconhecimento das formas mais eficientes de utilização de recursos é dita “secundária” (Sen, 1992 *cit. in* Capucha, 2005).

2.2.2. Pobreza relativa

O conceito de pobreza relativa tem como principal critério a avaliação das diferenças entre as condições de vida de alguns grupos perante aquelas em que vive a maioria da sociedade (Almeida *et al.*, 1994; Capucha, 1998). A este respeito Capucha (2005) salienta que o critério decisivo já não é subsistência, mas sim o da desigualdade.

⁷ A noção de subsistência constitui a principal referência do conceito de pobreza absoluta (Capucha, 2005).

⁸ Necessidades fundamentais entendidas como: os cuidados médicos, a alimentação, a habitação e de vestuários (Demartis, 1999).

O conceito de pobreza relativa define a pobreza a partir de certos níveis de diferenciação negativa, cujos recursos são tão escassos, que se encontram excluídas dos modos de vida e dos mecanismos de participação social tidos como minimamente aceitáveis. Ficando ainda excluídas dos direitos de cidadania nos países a que pertencem (Almeida *et al.*, 1994; Capucha, 2005).

2.2.3. Categorias sociais vulneráveis à pobreza

Segundo Giddens (2002), existem algumas pessoas que estão mais vulneráveis à pobreza. As pessoas pertencentes a essas categorias são segundo o autor: os desempregados ou pessoas que têm empregos precários, idosos, doentes e incapazes, e os membros de grandes famílias ou famílias monoparentais. Também para Almeida *et al.* (1994), as categorias sociais mais vulneráveis à pobreza são os desempregados; trabalhadores de empregos precários ou com empregos estáveis mas de baixa remuneração; os deficientes crônicos, as famílias monoparentais; as famílias de grandes dimensões pertencentes às categorias socioprofissionais menos qualificadas; os idosos e pensionistas e membros de minorias étnicas.

Contudo, Giddens (2002 p. 335) recorda que *ser pobre* não é necessariamente o mesmo que encontrar-se *permanentemente* num estado de pobreza. O pobre ou o excluído é definido como alguém a quem falta alguma coisa, sendo essa coisa umas vezes o rendimento, outras vezes o trabalho, outras vezes ainda a falta de competências culturais (Levitas *cit. in* Capucha, 2005). O sentimento identitário, bem como as redes sociais com que o indivíduo se identifica tendem a fechar as pessoas, as famílias e as comunidades pobres, nos limites da sua precariedade (Capucha, 2005).

Capítulo 2. Contextos Sociais

1. Contextos sociais gerais

As minorias possuem diferenças que por vezes se tornam muito acentuadas relativamente à sociedade dominante. No caso dos ciganos, estes representam uma das minorias mais estigmatizadas na sociedade portuguesa ao longo dos séculos (Bastos & Bastos, 1999; Bastos, 2007; Cabecinhas, 2002, 2003, 2010; Cabecinhas & Amâncio, 2004).

1.1. Das minorias étnicas em geral

A definição de minoria étnica⁹ é problemática, dificilmente escapa à suspeita de ligação de parcelarização do Estado e até à ligação com preconceitos racistas (Bastos & Bastos, 1999).

Em Portugal, um Estado com uma afirmada homogeneidade étnica, existe uma desconfiança latente em relação aos elementos da população com outras características que não as da população dominante (Gráfico 1), e mais especificamente das diferenças étnicas. Com efeito, cerca de 21% das pessoas afirmam “desconfiar” das minorias étnicas. Basta a este propósito relembrar os estudos efetuados por Cabecinhas (2002; 2003) e Cabecinhas & Amâncio (2004), que dão conta das “representações negativas” atribuídas às minorias étnicas (ciganos, africanos, indianos, chineses, árabes, entre outras minorias).

Cabecinhas (2002), no seu trabalho de investigação sobre o Racismo¹⁰ e Etnicidade¹¹ em Portugal, procurou aprofundar os conhecimentos relativamente à discriminação social dos

⁹ O conceito de minoria tem como principais características: estar associada à existência de um grupo minoritário, existe uma clara assimetria na relação de poder com a sociedade envolvente, existindo domínio de outro grupo mais poderoso em termos económicos e políticos. Situando-se quase sempre numa posição de desigualdade face à sociedade maioritária, como resultado da discriminação que impõem ou a que estão sujeitos. Para que um grupo étnico seja considerado como uma minoria, os seus elementos possuem um forte sentido de solidariedade grupal e de pertença identitária, sendo notória a tendência para se considerarem e serem considerados como uma população distinta da maioria. O facto de serem alvo de preconceitos ou de ações e de atitudes discriminatórias gera uma certa unidade de grupo (Rocha-Trindade, 1995). Para Mendes (2005, p. 24) o termo minoria encerra algumas ambiguidades. Sendo o próprio conceito ambíguo, uma vez que, supõem a existência de uma homogeneidade das condições de vida de todos os indivíduos que têm em comum uma determinada pertença, ou seja, uma composição social homogénea, o que segundo a autora não é necessariamente verdade. Na concepção, de Casa-Nova (*cit. in Casa-Nova 2008*), a etnicidade é perspectivada como socialmente construída, resultando de processos e contextos de interação, constituindo-se em «formas de expressar a etnia, ou seja, a etnia em ação».

diferentes grupos étnicos em Portugal. Neste sentido, organizou vários estudos sobre a categorização e diferenciação entre grupos. Os resultados do estudo — *Crenças sobre grupos étnicos e raça* — reflete que a maior parte dos estudantes que participaram neste estudo nunca tinham *problematizado* as noções de ‘raça’¹² e de ‘grupo étnico’¹³. Considerando os participantes deste estudo, que os ‘grupos étnicos’ são vistos como possuindo características imutáveis, que os distinguem da maioria ou da cultura dominante e que são justificativas das assimetrias de poder. Predominando neste estudo um pensamento racista relativamente à *etnia cigana*.

No estudo sobre a percepção do estatuto social dos diferentes grupos étnicos em Portugal, verificaram que o estatuto social percebido de diversos grupos na sociedade portuguesa, são categorizados em função da sua origem nacional ou geográfica (categorização nacional) ou em função da cor da pele (categorização racial). No que respeita ao estatuto percebido, verificou-se uma hierarquização das categorias nacionais: aos portugueses foi atribuída a

¹⁰ O racismo, é uma crença segundo a qual uma característica visível do grupo (ex.: cor da pele) indica a sua inferioridade e justifica a discriminação (Brym *et al.*, 2006). As investigações empíricas sobre racismo dividem o racismo em racismo flagrante e racismo subtil. O racismo flagrante manifesta-se ao nível dos comportamentos, tais como discriminação, e agressão física ou psicológica. Enquanto que, o racismo subtil baseia-se na ideia de hierarquia cultural como um preditor das diferenças qualitativas: “o endogrupo é o melhor que o exogrupo” (Vala *cit. in* Duarte *et al.*, 2005). O racismo conduz à falsa correspondência e à atribuição de características genéticas de personalidade e de comportamento a indivíduos detentores de traços diferenciadores de carácter fisiológico (Rocha-Tindade, 1995). O racismo partilha alguns aspectos com o etnocentrismo: a diferenciação face ao outro, diferenciação essa que é acompanhada por uma inferiorização do outro. No entanto, possui aspetos distintos tanto no grau com que a ‘desumanização’ do outro é operada cognitivamente na forma como é mantida e reforçada socialmente (Cabecinhas, 2007 *cit. in* Cabecinhas, 2010).

¹¹ A etnicidade não é uma qualidade adquirida à nascença e de uma vez para sempre, mas é antes de mais um processo continuum. A etnicidade não deriva de forma lógica da afiliação a um grupo, mas assume-se como uma capacidade cognitiva que opera através de símbolos culturais (Mendes, 2005). Yinger (*cit. in* Mendes, 2005, p. 28) sintetiza as dimensões da etnicidade. Para o autor, a etnia existe quando “um segmento significativo da sociedade é visto como diferente a partir de combinações de algumas características – língua, religião, raça e origem” e quando “os seus membros percebem-se a si próprios daquela forma” e “partilham atividades construídas à volta da sua (real ou mística) origem comum. Um aspecto muito importante relacionado com o de etnicidade é o de identidade. Claude Dubar (*cit. in* Mendes, 2005) refere dois processos na formação das identidades: o processo biológico (identidade do *eu*, o *self*) e o processo relacional, sistémico e comunicacional (identidade para o Outro).

¹² É notória a substituição do termo raça pelo de etnia, de categorias sociais por minorias étnicas, numa tentativa de despojamento das conotações negativas ligadas a fenómenos históricos como a escravatura, a dominação colonial, a exploração económica e pressões políticas (Duarte *et al.*, 2005). Raça pode ser definida como uma categoria de pessoas cujas marcas físicas percebidas são consideradas socialmente significativas (Brym *et al.*, 2006).

posição superior, aos grupos de origem asiática foram atribuídas posições intermédias, e aos cinco grupos oriundos dos PALOP e aos *ciganos* foram atribuídas as posições inferiores. Constituindo os ciganos em Portugal o grupo de menor estatuto percebido na sociedade portuguesa (Cabecinhas, 2003). Na opinião de Cabecinhas (2003), os Ciganos são percebidos pela opinião pública portuguesa como “estrangeiros”. A autora refere que, meio século depois de o conceito de “raça¹⁴” ter sido banido e de se ter cientificamente demonstrado a origem comum de todas as raças (UNESCO, 1967), os resultados do seu estudo sobre a percepção do estatuto social de diferentes grupos em Portugal, reflectem uma hierarquização racial, onde os ciganos constituem o grupo de menor estatuto percebido.

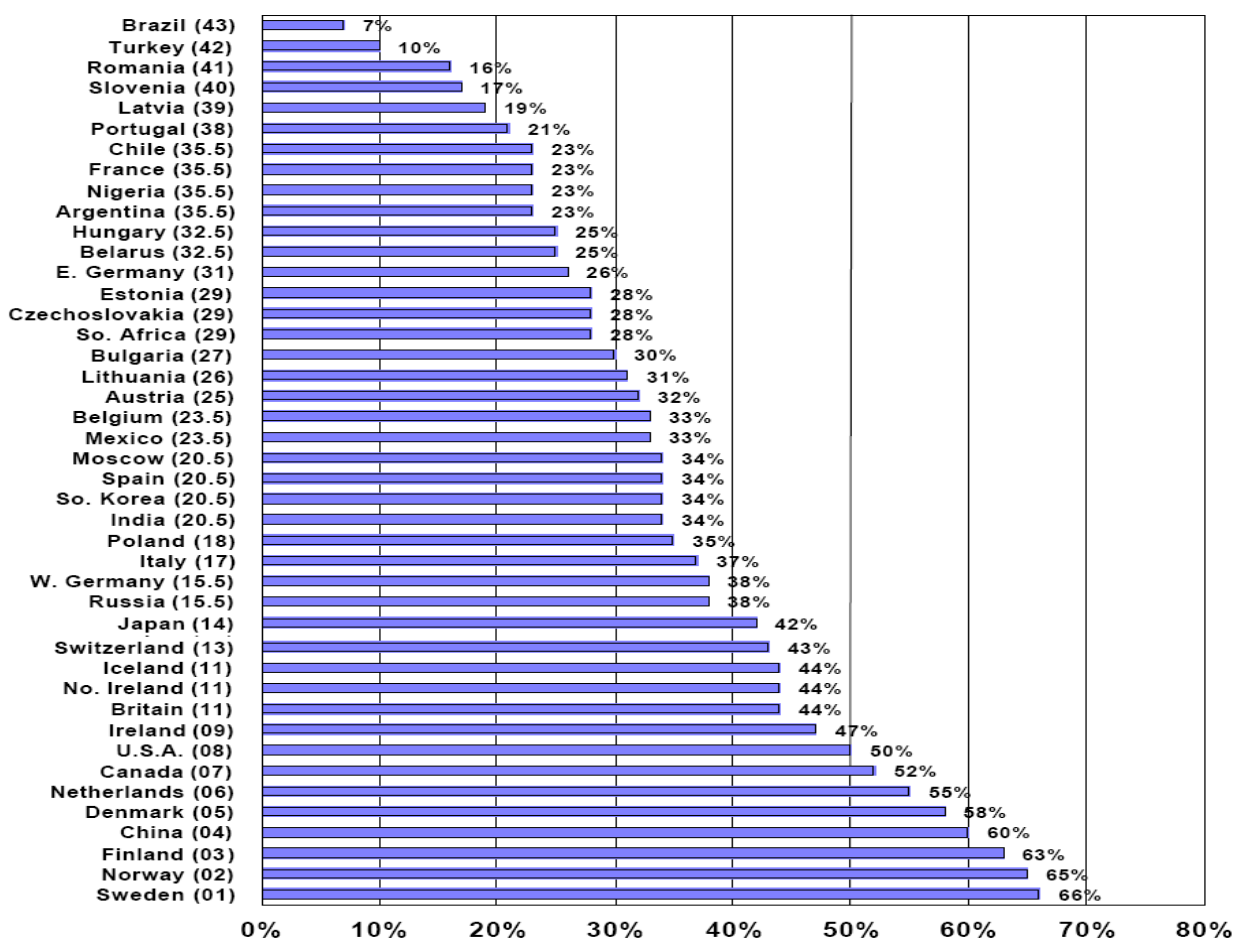


Gráfico 1 – Percentagem das pessoas que diz que a maioria das pessoas é confiável. Fonte: Silver & Dowley (2000).

¹⁴ Raça define-se como um constructo social utilizado para distinguir pessoas em termos de uma ou mais marcas físicas e não um termo biológico (Brym, 2006). As distinções raciais raramente são neutras: estando normalmente associadas a desigualdades de riqueza e poder, bem como a antagonismos entre os grupos. Não há raças, apenas variações físicas de seres humanos (Giddens, 2002).

1.2. Dos ciganos em particular

A história do grupo étnico cigano é em parte resultado de um longo processo histórico. Neste sentido, torna-se fundamental situar este grupo no contexto histórico para compreendermos a sua situação actual.

Durante séculos os ciganos pertenceram a uma cultura sem escrita, sem literatura própria. É um povo de tradição oral e não literária. Essa falta de uma escrita que possa contar os seus costumes, os seus pontos de vistas e experiências, dificulta a interpretação da memória da cultura cigana e a análise sobre as suas práticas sociais (Liégeois, 1989). Na opinião do autor, Liégeois (1989, p. 21) a história dos ciganos tem sido marcada por algumas incerteza, referindo que:

Ao longo do caminho da sua história, os ciganos não têm deixado atrás senão documentos produzidos por outros, tanto para o melhor como para o pior, tanto para o real como para o imaginário, e a memória colectiva reteve mais os aspectos lendários do que as certezas.

Actualmente, sabemos que a origem dos Rom, deriva da Índia. Assim, e segundo Mendes (2005), é inequívoca a proveniência dos ciganos da Índia. Para Coelho (*cit. in* Mendes, 2005, p. 48). “Os ciganos apresentam uma organização social muito próxima da sua ascendência indiana, melhor dizendo, hindu, e, nesta medida irredutível à morfologia predominante na Europa.” Através da linguística determinou-se que a língua cigana tem origens na Índia, próxima do sânscrito, sendo possível identificar essa língua como romani (Liégeois, 2001; Mendes, 2005).

Quanto às ondas migratórias, as primeiras vagas de migração a partir da Índia terão ocorrido entre os séculos IX e XIV (Liégeois, 2001). A primeira vaga, levou muitos grupos à Pérsia. Tornando-se desta forma comunidades nómadas, que vivem espalhadas pelo mundo, especialmente na Europa, sendo sempre uma minoria étnica nos países onde vivem. Os primeiros grupos ciganos que descobrem a Europa, do Oriente ao Ocidente, foi essencialmente nos séculos XIV e XVI, e a Europa por seu turno descobre-os com espanto, inquietude e incompreensão (Liégeois, 1989, p. 21).

Foi sobretudo, através de estudo da linguística que foi possível aos estudiosos compreenderem o seu trajecto, já que os ciganos foram retendo termos em todos os países por onde passaram (Liégeois, 1989). De modo geral, a forma mais utilizada para identificar os ciganos é o termo “romani”, “rom” e “roma”.

1.3. Os Ciganos em Portugal

Em Portugal, o conhecimento científico sobre este grupo social é escasso (Mendes, 2005). Originários da Índia, origem confirmada por estudos da genética da população cigana, possíveis pela endogamia existente nestes grupos em todos os países onde vivem (Casa-Nova, 2009).

Os ciganos entraram em Portugal na segunda metade do século XV (Costa *cit. in* Cortesão *et al.*, 2005). Tendo sido desde então e até meados da década de 70 do século XX (altura da Revolução de Abril de 1974), objeto de perseguições expressas em Leis pelos diferentes monarcas portugueses, leis essas que previam, sucessivamente, desde a expulsão, às penas de reclusão, morte, passando por tentativas de assimilação (Casa-Nova, 2009).

De facto, se realizarmos uma análise sócio-histórica acerca da permanência dos ciganos em Portugal, veremos que essa história é feita de lutas, conflitos e persistências, reveladoras das representações sociais negativas da sociedade maioritária em relação a este povo (Cortesão *et al.*, 2005).

A primeira referência histórica e documentada sobre a presença dos ciganos em Portugal, data do princípio do século VI, e é uma poesia de Luís da Silveira, recolhida no Cancioneiro geral de Garcia Resende, em que os ciganos surgem apelidados de “Gregos”, de facto, os ciganos fixados na Península Ibérica consideravam-se do Egipto ou da Grécia (Mendes, 2005, p. 52). Mais tarde (1521), Gil Vicente, refere-se aos ciganos através da cena a Farsa das ciganas, narra os modos de vida atribuídos aos ciganos. Sendo também a partir desta data (1525), que começam a surgir as primeiras queixas populares contra os ciganos. Nas cortes de Évora pedia-se ao Rei providências contra os ciganos. A uma inicial

desconfiança face ao diferente e exótico, segue-se uma recusa local de aceitação, que rapidamente se torna num assunto estatal. Percebemos então que, a marginalização do grupo étnico cigano é em parte resultado de um longo processo histórico. As medidas persecutórias e de exclusão serão uma constante ao longo dos séculos (Nunes, 1981, p. 65).

O alvará de 13 de Março de 1526, do tempo de D. João III, recusa a entrada dos ciganos e determina a expulsão dos ciganos que se encontrem em território português, é o diploma legislativo mais antigo que se conhece em Portugal relativo à presença dos ciganos (Costa, *cit. in Cortesão et al.*, 2005).

A Lei de 14 de Março de 1573 onde “D. Sebastião renova a política de expulsão, estabelecendo um prazo de trinta dias para a saída dos ciganos do território português”; em 1592, com Filipe I de Portugal, assiste-se a um agravamento desta perseguição, traduzida na Lei de 28 de Agosto, segundo a qual era concedido aos ciganos que se encontravam em Portugal um prazo de quatro meses para abandonarem o país, sob pena de serem condenados à morte aqueles que a essa lei não obedecessem. A partir do Alvará de 15 de Julho de 1686, assiste-se a um abrandamento e até a uma certa inflexão nas políticas sociais anteriormente seguidas, decretando-se a expulsão dos ciganos “de fora”, mas procurando “recuperar” os que “já são naturais, filhos e netos de portugueses”, desde que tomem “domicílio certo”, se vistam e falem como os portugueses e se dediquem a “atividades honestas” (Costa, 1995, *cit. in Cortesão et al.*, 2005).

Neste período, assiste-se assim ao que poderíamos chamar de primeira tentativa legislativa de assimilação dos ciganos aos costumes e cultura portugueses. Esta situação é consideravelmente modificada com a Revolução Liberal que, através da Constituição de 1822 e a Carta Constitucional de 1826, elimina formalmente as desigualdades em função da categorização em raças e reconhece a cidadania portuguesa a todos os nascidos em território nacional (Costa, 1995, *cit. in Casa-Nova*, 2009).

Esta mudança legislativa não significa que os ciganos tenham deixado de ser perseguidos e vigiados: a partir desta data os ciganos passam a ser objeto de uma *vigilância especial* por

parte das forças policiais, visível na Portaria de 18 de Abril de 1848, e corroborado mais tarde pelo Regulamento da Guarda Nacional Republicana de 1920, o qual refere explicitamente a necessidade de uma “severa vigilância” sobre os ciganos em ordem à prevenção e repressão dos “seus frequentes actos de pilhagem” (Costa, 1995 *cit. in* Cortesão *et al.*, 2005).

A partir do século XVIII, para além de se manterem os castigos como a expulsão, condenação às galés e pena de morte, acentuaram-se as tentativas forçadas de aculturação, tais como: proibição de usar trajes ciganos, de falarem a sua língua, de mendigar e de praticarem a itinerância. As medidas de reclusão eram orientadas no sentido de originar a desagregação das famílias ciganas, em ordem à sua perda de coesão interna e a sua adaptação à sociedade. Apesar do relativo insucesso destas medidas, os ciganos passam a ser considerados “suspeitos”, capazes de cometer delitos, e a sua forma de vida é representada de forma negativa pela sociedade maioritária (Mendes, 2005).

O Regulamento da Guarda Nacional Republicana, aprovado pela Portaria nº 722/85 de 25 de Setembro de 1985, vem ainda determinar que esta força policial exerça uma especial vigilância sobre os “nómadas” (Costa, *cit. in* Casa-Nova, 2009).

Até à Revolução de Abril de 1974, a lei portuguesa impedia ainda a permanência, no mesmo local, de comunidades ciganas por um período superior a 24 horas. O Regulamento da Guarda Nacional Republicana, aprovado pela Portaria nº 722/85 de 25 de Setembro de 1985, vem ainda determinar que esta força policial exerça uma especial vigilância sobre os “nómadas”, “disfarçando” assim o seu carácter rácico dado os nómadas ainda existentes em Portugal serem maioritariamente ciganos (Cortesão *et al.*, 2005).

Os testemunhos escritos acerca dos ciganos no distrito de Bragança relatam a vida errante e miserável, assim como as perseguições de que eram alvo e a desconfiança que provocavam nas populações (Lopes, 2006, *cit. in* Nicolau, 2010). Quanto à sua presença por terras transmontanas Nicolau (2010), diz-nos que encontrou testemunhos escritos a partir de 1920, baseados sobretudo em documentos da autoria dos não ciganos, onde aparecem referências, discriminatórias, estereotipadas e excludentes dos ciganos.

Esta estigmatização que tem sido alvo ao longo dos tempos ainda se mantém na sociedade atual. No estudo realizado por Cabecinhas (2003), que tinha como objetivo averiguar o estatuto social percebido e o estatuto numérico percebido de catorze ‘grupos étnicos’ na sociedade portuguesa. Os resultados permitiram verificar que, independentemente do sexo dos inquiridos e do local de recolha de dados, os ciganos constituem o grupo de menor estatuto social percebido na sociedade portuguesa, logo seguidos pelos cinco grupos oriundos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

1.4. A integração dos Ciganos em Portugal

As tentativas formais de integração dos ciganos em Portugal foram escassas e as que se concretizaram tiveram sempre um sentido repressivo (Magano, 2010). Fernandez (*cit. in* Silva 2008), faz uma crítica relativamente à postura assumida pelos ciganos quanto à sua integração na sociedade. Defende que os ciganos, apostados em fechar-se, ao contrário de outros povos ou etnias, nunca competiram no sentido de obterem participação social. Sempre viveram à margem do progresso social e económico, estando segundo a visão do autor a pagar o preço desse afastamento.

A integração não significa necessariamente a inclusão. Silva (2005) refere como exemplo que a integração não se refere apenas a realidades objetivas (poder ir à escola ou ir ao médico sem pagar, por exemplo) mas implica as atitudes subjetivas face a essas realidades (perceber, sentir e acreditar que vale a pena ir à escola, ou que vale a pena ir ao médico).

A integração autoritária, durante várias gerações revelou-se globalmente tão ineficaz quanto a rejeição e com a evolução, o espírito das leis e os tratamentos administrativos transformaram-se (Liégeois, 1989). Estas mudanças transformaram a política de reclusão numa tentativa de política de inclusão. Para os Estados, a inclusão apresenta vantagens face à reclusão. De facto, e conforme (Liégeois, 2001, p. 43) argumenta, “É mais eficaz, mais radical e mais sorridente.” Contudo, o retrato que deles se faz torna-os num “problema social” de “readaptação” e de “reinserção”, e podem ou devem ser “integrados” no resto da sociedade, para nela serem incluídos. Uma vez objeto de readaptação, passam a ser

objectivamente vistos e designados por inadaptados (Liégeois, 2001). Liégeois (2001, p. 41) vai mais longe ao referir que: “a discriminação dos ciganos não é apenas um problema das instituições, mas também é sem dúvida, à partida, um problema da sociedade.” Quer isto dizer que, para a integração dos ciganos não basta legislar políticas de inclusão, pois estas não significam necessariamente a assimilação. A este respeito, o IV congresso de Sociologia (Silva & Silva, 2000) também referem que relativamente à situação dos ciganos, estes vivem uma tensão permanente entre a necessária inclusão, essencial à sua autonomia e promoção sócio-económicas, e a preservação da identidade étnica, o que dificulta a determinação de eventuais políticas de integração social.

2. Contextos sociais específicos

Para um conhecimento mais claro da população objeto de investigação tornou-se fundamental um enquadramento socio-geográfico de Carrazeda de Ansiães. Através desta caracterização percebemos a história, geografia, os recursos e as formas de subsistência deste concelho. Para além disso, apresentamos a caracterização da situação dos ciganos de Carrazeda tendo como ponto de referência os dados constatados no Diagnóstico da Rede Social de Carrazeda de Ansiães.

2.1. Carrazeda de Ansiães



Fig. 1 – Paços do Concelho e Brasão do Concelho de Carrazeda de Ansiães.
Fontes: <http://retratoserecantos.pt/concelho.php?id=28>



Fig. 2 – Localização de Carraceda de Ansiães no mapa de Portugal.
 Fonte: <http://terrasdeportugal.wikidot.com/carraceda-de-ansiães>



Fig. 3 – Ligações rodoviárias a Carraceda de Ansiães
 Fonte: <http://www.estradasdeportugal.pt>



Fig. 4 – Vias rodoviárias do concelho de Carrazeda de Ansiães.
 Fonte: <http://puraexperiencia.blogspot.com/2010/05/visitar-carrazeda-de-ansiães.html>



Fig. 5 – Mapa das Freguesias de Carrazeda de Ansiães.
 Fonte: <http://retratoserecantos.pt/concelho.php?id=28>



Fig. 6 – Vista de Carrazeda de Ansiães.
Fonte: <http://www.carrazedadeansiaes.net/>

Carrazeda de Ansiães situa-se no Distrito de Bragança (fig. 2). Sendo a sede de município, é composta por 19 freguesias (fig. 5) e 45 aldeias. O concelho tem uma área total de aproximadamente 280 Km². O município é limitado a norte pelos municípios de Murça e de Mirandela, a nordeste por Vila Flor, a leste por Torre de Moncorvo, a sul por Vila Nova de Foz Côa, a sudoeste por São João da Pesqueira e a oeste por Alijó.

A estrutura paisagística é dicotómica: por um lado a Terra Fria que ocupa o Planalto, por outro, os vales adjacentes, encaixados, por onde correm as águas que vão desaguar aos rios Douro e Tua (Nunes *et al.*, 2002).

A formação do concelho é muito remota. O primeiro foral recebeu-o a vila de Ansiães no século IX por Fernando Magno, ainda Portugal estava longe de ser independente. Esta acção foi posteriormente repetida, com sucessivas confirmações outorgadas pelos primeiros reis portugueses, nomeadamente D. Afonso Henriques (supõe-se que em 1160), D. Sancho em 1198 e por D. Afonso II em 1219. Na crise dinástica de 1383-85, Ansiães alinhou ao lado daquele que mais tarde fora eleito rei de Portugal. D. João I, para considerar tão nobre acto, doou-a a Vasco Pires Sampaio e seus sucessores, pelo seu apoio na luta contra

Castela. Em 1734 a sede do concelho é transferida para o lugar de Carrazeda, dando origem à actual vila. Carrazeda. (Diagnóstico Social, 2004). Assim, no século XIX a sede concelhia foi transferida de Ansiães para Carrazeda, e a antiga vila foi abandonada (Pinto e Pinto, 2009). Trata-se de um concelho predominantemente rural, com grande prevalência do sector primário como fonte geradora de trabalho e riqueza. As principais produções são: nas zonas da encosta do Rio Douro, o vinho, em que se destaca o “vinho tratado” e o azeite. Nas zonas de planalto, a batata, os cereais e a fruta, nomeadamente, a maçã (Diagnóstico Social, 2004). Carrazeda de Ansiães tem uma grande parte da sua área territorial integrada no Alto Douro, caracterizada por vales encaixados no Douro e no Tua, encostas declivosas onde a vinha é predominante e produz muito vinho (Camara Municipal).

Todos os anos nos finais do mês de Agosto a Câmara Municipal organiza a “Feira da Maça, Vinho e Azeite” este certame tem como objetivo apresentar e promover os principais produtos que integram e dinamizam a economia do concelho – Maça, vinho e azeite.

2.2. Os ciganos em Carrazeda de Ansiães

Segundo dados do diagnóstico social de Carrazeda de Ansiães referentes ao ano 2004 a população cigana residente em Carrazeda de Ansiães é uma população muito jovem.

Quadro 1 – Tipologia das famílias de etnia cigana residentes no concelho

Tipologia das Famílias de Etnia Cigana Residentes no Concelho

Isolada	3
Monoparental Mãe com filhos Pai com filhos	2
	2
	-
Nuclear C/ filhos S/ filhos	19
	18
	1
Extensa Avós com netos Avó com netos Avô com netos	2
	2
Alargada 2 núcleos 3 ou + núcleos	1
	1
Reconstituída	1
Institucional	1

Fonte: Questionário da Rede Social, Setembro/Novembro de 2004

Apurou-se também segundo a mesma fonte, que o estado civil da grande maioria das famílias de etnia cigana é o de casado (71%), embora só apenas (35%) estejam casados legalmente. Efectivamente, as “uniões de facto” têm uma grande prevalência nesta comunidade, correspondendo a 65% dos casados. Este tipo de “união” regista-se, na sua totalidade, nos casais mais jovens (da 2.^a e 3.^a geração). Na comunidade cigana de Carrazeda de Ansiães mais de metade das famílias com filhos têm 3 ou mais filhos menores de idade.

Analisando os dados da Rede Social, os indivíduos de etnia cigana por condições de habitabilidade e faixa etária, refere que, existe no concelho crianças a viver sem as mínimas condições de habitabilidade, praticamente metade do total da população vive nestas condições. Estas crianças vivem em barracas, onde a falta de condições significa não ter luz, nem casa-de-banho, existência de grandes infiltrações de água, inexistência de qualquer isolamento térmico, sem segurança, sem quartos próprios para dormir, sendo na maioria dos casos o mesmo espaço e a mesma cama para todo o agregado.

Relativamente ao principal meio de vida dos membros desta comunidade, o diagnóstico da rede refere que, a sua grande maioria depende dos subsídios (RSI, Abono de Família e Pensões). Os rendimentos provenientes do trabalho, quando existem são irregulares, pois dependem de trabalhos pontuais, essencialmente agrícolas, que surgem na época das colheitas (apanha da maçã, vindima e apanha de azeitona). Existem também alguns agregados que tiram algum rendimento, também ele instável, da venda de sucata e de cestaria.

Quadro 2 - Receitas/Rendimentos dos Agregados Familiares

Provenientes do Trabalho	12
Abonos de Família	12
Abonos Complementares	5
Pensões	10
Reformas	-
Subsídios	5
RSI	7
Outros	-

Fonte: Inquérito da Rede Social, Setembro a Novembro de 2004

Há, segundo o diagnóstico, uma grande dependência por parte desta comunidade em todos os sentidos (habitação, rendimentos, etc.) e muitos poucos recursos pessoais e grupais para sair desta situação. 44% do total das famílias vivem com a ajuda do RSI e do Subsídio de Desemprego.

Refere ainda que: não têm trabalhos estáveis, nem contínuos, vivem “o dia-a-dia”, e os trabalhos que lhes eram característicos, tais como: recolha de sucata e venda ambulante não regulada, são cada vez mais difíceis. Por vezes trabalham na agricultura, à jeira, trabalhos de carácter eventual, que surgem, especialmente, no período das colheitas, como já foi referido.

Quanto ao nível de instrução o diagnóstico da rede detecta que o nível de instrução é muito baixo, à semelhança do que se passa na generalidade das comunidades ciganas. Segundo os dados apurados pelo inquérito aplicado, a taxa de analfabetismo (pessoas com 10 ou mais anos que não sabem ler nem escrever) na comunidade ronda os 66% que, juntando ao número de pessoas que sabem ler e escrever mas não têm qualquer nível de escolaridade, alcança os 74%. Apenas 7,8% da população cigana atingiu o 1.º Ciclo e regista-se apenas uma pessoa com o 2.º ciclo, não se contemplando mais ninguém para além dos níveis mencionados.

O diagnóstico da rede salienta o Absentismo Escolar e o Abandono Escolar precoce. Para os ciganos a família é o elo socializador de transmissão de valores e de educação dos filhos. Em geral, delega-se muito pouco importância à escola. A educação é entendida como algo que se realiza no seio da família.

É de registar ainda que, foram contabilizados em (2004) 20 indivíduos (26% da população cigana com 10 ou mais anos) que nunca frequentaram a escola, dos quais 75% são mulheres. 70% dos inquiridos que nunca frequentaram a escola situam-se na faixa etária dos 25 aos 64 anos de idade.

A relação da comunidade cigana com a saúde e a doença, o diagnóstico da rede verificou que a saúde não é, para os ciganos, um assunto que os preocupe desde que não produzam

manifestações de doença. Os ciganos têm muito medo da doença e da morte e têm pouca consciência que estas se podem prevenir.

Segundo o Diagnóstico da Rede Social, a população da etnia cigana residente em Carrazeda de Ansiães é, em suma, um grupo desestruturado e marginal, extremamente pobre (com recursos muito escassos) sofrendo de exclusão social em todos os domínios em que ela pode acontecer.

Parte II. Estudo empírico

Capítulo 3. Abordagem metodológica

Perante a problemática que nos propusemos estudar e tentando dar resposta à pergunta de partida “*Os indivíduos de etnia cigana residentes em Carrazeda de Ansiães sentem-se incluídos ou excluídos socialmente?*”, usamos a entrevista e o questionário (ver anexos), como forma de recolha de informação, que nos permite compreender algumas das respostas às perguntas inicialmente formuladas.

Começando neste Capítulo por fazer a enunciação do problema, o objecto e os respectivos objectivos de estudo, assim como também, o enquadramento teórico das metodologias utilizadas, referindo os procedimentos que utilizamos, e as razões das opções metodológicas.

1. Enunciação do problema

Os ciganos enquanto grupo étnico caracterizam-se por uma série de elementos culturais comuns, que os distinguem dos outros grupos, tendo logo à partida associados conceitos estereotipados e redutores. Para compreender melhor este problema, mas sobre o ponto de vista dos ciganos, a pergunta de partida seguidamente enunciada, surge como um elemento fundamental para a enunciação do problema. Desta forma, tentaremos perceber as representações que os indivíduos desta comunidade constroem de si, perante o acesso a serviços como educação, emprego, saúde e nas relações interétnicas.

(a) Pergunta principal: *Os indivíduos de etnia cigana residentes em Carrazeda de Ansiães sentem-se incluídos ou excluídos socialmente?*

As hipóteses formuladas para esta questão são as seguintes:

- Dado Carrazeda de Ansiães ser uma pequena vila, onde existem relações de proximidade e vizinhança, faz com que a comunidade cigana aqui residente se sinta incluída nela mesma;
- Os indivíduos deste grupo sócio-cultural são socializados em valores e normas da sua própria cultura, considerando por isso desnecessária a aquisição da cultura da sociedade maioritária.

(b) Perguntas complementares:

- *Em que medida o trabalho é visto pelas pessoas de etnia cigana de Carrazeda de Ansiães como um factor relevante para a sua inclusão social?*

Subsequentemente a esta pergunta surge a seguinte hipótese:

- O trabalho é condicionado pela pertença étnica, pelos níveis de escolarização e pelo grau de abertura da sociedade maioritária.
- O trabalho é visto como um meio de subsistência, para suprir as necessidades do quotidiano, não se perspectivando o futuro.
- *Em que medida a educação é visto pelas pessoas de etnia cigana de Carrazeda de Ansiães como um factor relevante para a sua inclusão social?*

As hipóteses subsequentes desta pergunta são as seguintes:

- Os saberes transmitidos pela escola promovem a aprendizagem dos direitos de cidadania e das competências sociais, no sentido de possibilitar à comunidade cigana uma mobilidade social ascendente.
- Devido às tradições culturais, a escola enquanto instituição de socialização, não se enquadra nas expectativas e entendimentos de socialização desta

comunidade, não encontrando sentido nesta, sendo apenas vista como uma obrigatoriedade.

- *Em que medida o acesso à saúde é visto pelas pessoas de etnia cigana de Carrazeda de Ansiães como um factor relevante para a sua inclusão social?*

Não se trata de questionar os ciganos sobre a saúde, mas sobretudo aprofundar as questões que se prendem com o acesso à mesma.

A hipótese subsequente a esta pergunta é a seguinte:

- Os ciganos sentem que o acolhimento médico é de exclusão, devido a dificuldades com a administração da saúde, burocracias e desconhecimento da cultura cigana.
- Os ciganos de Carrazeda de Ansiães sentem que os profissionais de saúde entendem a sua cultura e modos de vida, contribuindo este entendimento para a sua satisfação quando recorrem a estes serviços.

1.1. Objetivos do estudo

Os objetivos do estudo centram-se fundamentalmente em dar respostas às perguntas de partida. Partindo desse princípio pretende-se a nível de objetivos:

a) Objetivos gerais:

- Compreender e interpretar as representações sociais que a unidade de análise tem de si perante a sociedade;
- Compreender e interpretar o acesso à escola, emprego e serviços de saúde como elementos potenciadores de cidadania.

b) Objetivos específicos:

- Compreender e interpretar o papel da socialização neste grupo étnico na relação que estabelecem com a escola;

- Compreender e interpretar o lugar ocupado pelo trabalho nas formas de vida e o papel desempenhado pela pertença étnica nas formas de perspectivar o trabalho;
- Compreender e interpretar o lugar ocupado pela saúde nas formas de vida e o papel desempenhado pela pertença étnica nas formas de perspectivar esse acesso.

Perante este quadro, esta pesquisa terá como finalidade compreender e caracterizar as representações sociais que a comunidade cigana de Carrazeda de Ansiães tem de si perante a sociedade maioritária, assim como também, compreender e interpretar a forma como os ciganos sentem que a escola, o sistema de saúde e o acesso ao mercado de trabalho, surgem como obstáculos para a sua integração, ou se pelo contrário, sentem que estes fatores podem ser catalisadores impulsionadores da sua inclusão.

1.2. Definição da amostra

Quando pretendemos estudar uma população, nem sempre é materialmente possível efetuar um inquérito que incida sobre o conjunto dos seus indivíduos. Nesse caso, podemos, contudo, tentar recolher dados numa fração da população, um subconjunto a que damos também o nome de amostra (Rosental e Frémontier-Murphy, 2002).

Tendo em consideração que não é assim possível estudar todos os indivíduos de etnia cigana, definiu-se uma amostra composta por 50 indivíduos inquiridos e 6 entrevistados.

Desta forma, definiu-se a aplicação de 50 questionários, dividindo-se essa amostra de 50 em 23 homens e 27 mulheres (Quadro 3). Assim, dos 23 indivíduos homens com idades compreendidas entre 18 a 25 anos, temos 5 indivíduos homens inquiridos. Dos 25 aos 50 anos temos 13 indivíduos homens inquiridos e com mais de 50 anos temos 5 indivíduos homens inquiridos. Relativamente às mulheres, temos uma amostra de 27 mulheres inquiridas. Com idades compreendidas entre 18 a 25 anos, temos 7 mulheres inquiridas, dos 25 aos 50 anos, temos 13 mulheres inquiridas e com mais de 50 anos temos 7 mulheres inquiridas. Desta forma e de acordo com o levantamento efetuado, foi possível registar:

Quadro 3 – Definição da amostra

Género	Amostra	Idades
Homens	23	18 Anos-25 anos =5 25-50=13 50+=5
Mulheres	27	18-25=7 25-50=13 50+=7
Total	50 Questionários	

O objetivo da aplicação do questionário foi procurar obter informação sobre as representações de educação, trabalho, escola, saúde e relação com os não ciganos. Para além dos questionários forma aplicadas 6 entrevistas com o objetivo de aprofundar as questões que o questionário não desenvolveu (Quadro 4).

Tendo em consideração que esta amostra é constituída por 3 homens e 3 mulheres com idades compreendidas para ambos os sexos entre os 18 e mais de 50 anos.

Quadro 4 – Definição da amostra

Género	Amostra	Idades
Homens	3	18 - \geq 50 = 3
Mulheres	3	18 - \geq 50 = 3
Total	6 Entrevistas	

1.3. Entrada e incursão no terreno

A entrada e as incursões no terreno revelaram-se fundamentais para esta investigação. Através deste contacto desenvolvemos um conhecimento mais claro, não só do contexto em que vivia a população que ia ser objecto de estudo mas, sobretudo, das características próprias desta pequena comunidade.

No que diz respeito ao nosso objeto de estudo, fazem parte os ciganos de Carrazeda de Ansiães, que vivem no acampamento cigano “Bairro do Iraque”. Assim, a nossa pesquisa realizou-se na área geográfica do acampamento, que fica na periferia da Vila. Facto este, que acaba por manter afastados os ciganos e não ciganos. A entrada e incursões ao terreno

foram facilitadas através de uma mediadora cigana. Esta acompanhava-nos e apresentava-nos aos indivíduos aí residentes.

No início de Agosto de 2011 começámos a frequentar o acampamento. As primeiras visitas tiveram como objetivo interagir com estes indivíduos. Posteriormente, as visitas passaram a decorrer com mais frequência, como forma de recolha de dados. Iniciamos em Agosto de 2011 e terminamos em Janeiro de 2012.

2. Métodos de investigação adaptados

No presente trabalho o método é problematizado juntamente com os aspectos procedimentais. Os métodos constituem o caminho crítico da investigação. Organizam a pesquisa, sob o comando da teoria, seleccionando as técnicas e integrando os resultados parciais (Almeida *et al.*, 1994). Casa-Nova (2009) refere que, o método representa a construção de um caminho teoricamente informado e empiricamente sustentado que, através do “saber imaginar o social”, conduz a resultados científicos validados pela triangulação dos dados.

Para Quivy & Campenhoudt (1998, p. 187), o termo «método» é entendido como um dispositivo específico de recolha ou de análise das informações, destinados a testar hipóteses da investigação. Para Richardson *et al.* (2008, p. 70) o termo significa a escolha de procedimentos sistemáticos para a descrição e explicação de fenómenos. Consistindo esses procedimentos na delimitação de um problema, realizar observações e interpretá-las com base nas relações encontradas, fundamentando-se se possível nas teorias existentes. Assim, o método é o caminho a seguir mediante uma série de operações e regras, para alcançar o objetivo proposto (Amorim, 1995). Neste sentido, o trabalho que agora é apresentado assenta essencialmente no método dedutivo, que, partindo das teorias, na maior parte das vezes prediz a ocorrência dos fenómenos particulares (Marconi & Lakatos, 2001). Aplicando o método dedutivo, o cientista avança do conhecimento de um facto à compreensão do porquê desse facto (Richardson *et al.*, 2008).

Os métodos de investigação qualitativos e quantitativos são complementares, porque o tipo de conhecimento que permitem adquirir se completam (Fortin *et al.*, 2009). Tal como referem Richardson *et al.* (2008) estes métodos diferenciam-se não só pela sistemática pertinente a cada um deles, mas sobretudo pela forma de abordagem do problema. Segundo Goode & Hatt (*cit. in* Richardson 2008, p. 79): “(...) a pesquisa moderna deve rejeitar como uma falsa dicotomia a separação entre estudos qualitativos e quantitativos, ou entre pontos de vista estatísticos e não estatísticos.”

O método quantitativo caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto na recolha de informação como no tratamento. É o tipo de estudo que deve ser realizado quando o pesquisador deseja obter um melhor entendimento do comportamento de diversos fatores e elementos que influenciam determinados fenómenos (Richardson *et al.*, 2008). O método qualitativo, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenómeno social (Richardson *et al.*, 2008).

Este estudo foi efectuado no acampamento cigano de Carrazeda de Ansiães “Bairro do Iraque”. De modo a recolher a informação para o nosso estudo, os instrumentos concebidos foram o inquérito por questionário e a entrevista. O presente trabalho foi orientado pelo uso da entrevista e do inquérito por questionário para a obtenção de uma caracterização socio-cultural.

No sentido de compreender e explorar melhor a temática em questão, foi-nos possível assistir a um encontro científico¹⁵ onde tivemos, oportunidade de nos sugestionar com os conhecimentos transmitidos por investigadores dedicados a esta área de estudo¹⁶.

15 “Ciganos Portugueses: Olhares plurais e novos desafios numa sociedade em transição”, Seminário Internacional, Faculdade de Letras, Universidade do Porto (5-3-2012).

16 Daniel Lopes; Lurdes Nicolau; Maria José Casa-Nova; Olga Magano, entre outros.

2.1. Entrevista

Tendo em conta a questão central do trabalho, o recurso a metodologias qualitativas surge como uma forma de compreender mais profundamente a situação estudada. A entrevista preenche geralmente três funções: 1) examinar conceitos e compreender o sentido de um fenómeno tal como é percebido pelos participantes; 2) servir como principal instrumento de medida; 3) servir de complemento a outros métodos de colheita de dados (Fortin *et al.*, 2009).

A entrevista é um método de recolha de informação que consiste em conversas orais, individuais ou de grupo, com várias pessoas seleccionadas cuidadosamente, a fim de obter informações sobre factos e representações, cujo grau de pertinência, validade e fiabilidade é analisado na perspectiva dos objetivos da recolha de informações (Ketele & Roegiers, 1993).

Desta forma, o uso da entrevista vai permitir uma aproximação e interacção com os ciganos. De acordo com Quivy & Campenhoudt (1998), a entrevista permite ao investigador retirar as informações e elementos de reflexão. De facto, e conforme Quivy & Campenhoudt (1998, p. 192), a entrevista caracteriza-se por:

Um contacto directo entre o investigador e os seus interlocutores e por uma fraca directividade por parte daquele. (...) o interlocutor do investigador exprime as suas percepções de um acontecimento ou de uma situação, as suas interpretações ou as suas experiências (...) permite que o interlocutor aceda a um grau máximo de autenticidade e de profundidade.

Quivy & Campenhoudt (1998, p. 192) definem esta técnica como “geralmente, o investigador dispõe de uma série de perguntas – guias, relativamente abertas, a propósito das quais é imperativo receber uma informação por parte do entrevistado”. A entrevista semi-estruturada é conduzida com o uso de um roteiro, mas com liberdade de serem acrescentadas novas questões pelo entrevistador (Martins & Theóphilo, 2007). Segundo (Ketele & Roegiers, 1993, p. 193) uma entrevista semidirigida tem duas características: 1) o entrevistador produz um discurso que não é linear, o que significa que o entrevistador reorienta a entrevista em certos momentos. 2) Nem todas as intervenções do entrevistador

estão previstas antecipadamente. Quando muito, este prevê algumas perguntas importantes ou alguns pontos de referência. Para os autores a entrevista semidirigida apresenta vantagens, nomeadamente as informações que se pretendem recolher refletem melhor as representações e tem mais liberdade na maneira de se exprimir.

Para Fortin *et al.* (2009), o investigador recorre à entrevista semidirigida nos casos em que deseja obter mais particularidades sobre um tema, ou seja, quando o investigador quer compreender o significado de um acontecimento ou de um fenómeno vivido pelos participantes. Neste tipo de entrevista, o entrevistador determina uma lista de temas a abordar, formula questões respeitantes a esse tema e apresenta-as ao responder numa ordem que ele julga apropriado. Fornece ao respondente a ocasião de exprimir os seus sentimentos e as suas opiniões sobre o tema tratado. O objetivo é compreender o ponto de vista do entrevistado. No final da entrevista todos os temas que faziam parte da lista devem ser tratados.

As entrevistas a aplicar aos ciganos de Carrazeda de Ansiães são semi-directivas ou semidirigidas, no sentido em que a entrevista não é inteiramente aberta nem conduzida por um grande número de perguntas precisas. As entrevistas realizadas aos ciganos de Carrazeda de Ansiães foram fundamentais para entender, através do discurso dos mesmos, a sua representação da realidade.

Deste modo, foi construído um guião de entrevista, que contemplava três grandes temas, com o objetivo de aprofundar os dados revelados na aplicação dos questionários: 1) tentava-se entender o tipo de relação que os entrevistados mantêm com a escola, bem como compreender o papel da socialização na construção da sua identidade; 2) pretendia-se entender como os entrevistados percepciona o trabalho nas formas de vida cigana e por fim 3) intentava-se saber qual a percepção que os entrevistados têm da relação que estabelecem com os não ciganos [Vide Anexo 2].

O guião foi formulado de modo a ser perceptível, com linguagem clara, acessível, de fácil compreensão e motivadora de resposta. Das seis entrevistas realizadas, duas foram feitas na presença de alguns membros da comunidade e as restantes quatro foram feitas somente com a presença da investigadora. Todas as entrevistas foram gravadas mediante prévia

autorização dos entrevistados. No sentido de alcançar entrevistas proveitosas para o estudo foram considerados vários fatores, nomeadamente a linguagem utilizada e a situação em que a entrevista ocorreu.

2.2. Inquérito por questionário

O inquérito por questionário surge como complemento das entrevistas, pois tal como afirma Giddens (2002, p. 643), “os inquéritos tendem a produzir informação menos detalhada”. Os inquéritos por questionário a aplicar focam as questões socio-culturais dos ciganos de Carrazeda.

Os questionários cumprem pelo menos duas funções: descrever as características e medir determinadas variáveis de um grupo social (Richardson *et al.*, 2008). O questionário tem por objetivo recolher informação sobre acontecimentos, sobre atitudes, crenças, conhecimentos, sentimentos e opiniões (Fortin *et al.*, 2009). Trata-se de um conjunto ordenado de perguntas a respeito de variáveis e situações que se deseja medir e observar (Martins & Theóphilo, 2007).

Assim, de modo a recolher a informação para o nosso estudo, o questionário também foi um dos instrumentos concebidos. Para Ketele & Roegiers (1993, p. 35) “o termo inquérito é apresentado no sentido de um estudo de um tema preciso junto de uma população, cuja amostra se determina a fim de precisar certos parâmetros”.

Os questionários a aplicar apresentavam-se divididos em cinco unidades de análise: 1) questões de educação/aprendizagem; 2) percurso e situação profissional; 3) condições de vida (situação sócio - económica) e protecção social (apoio social); 4) saúde e por fim, 5) as relações com a sociedade envolvente - Representações sociais.

O questionário apresentado é do tipo de perguntas fechadas, onde as perguntas ou afirmações apresentam categorias ou alternativas de resposta fixa e preestabelecida (Richardson *et al.*, 2008).

Na primeira unidade de análise recolhemos informações relativamente ao nível de escolaridade; as principais razões que levam ao abandono escolar das crianças ciganas; as dificuldades que as crianças ciganas enfrentam na escola; o relacionamento destas com colegas e professores; a importância que a escola tem para o futuro das crianças ciganas e por último a caracterização da relação com a escola. Na segunda unidade de análise, recolhemos informação relativa à situação profissional; o significado que estes dão ao trabalho e as dificuldades que enfrentam para conseguir trabalho. Na terceira unidade de análise, recolhemos informações relativas às condições de vida e proteção social. Na quarta unidade de análise, colocaram-se questões relacionadas com a saúde, nomeadamente, se estes indivíduos se encontram inscritos no centro de saúde; a relação que estabelecem com médicos e enfermeiro e as dificuldades que sentem quando estão perante este serviço. Por último, temos a quinta unidade de análise, que pretendeu recolher informação relativamente à relação com a sociedade envolvente, nomeadamente, no sentido de perceber o ponto de vista dos ciganos, ou seja, a sua percepção de como acham que são vistos pelos não ciganos e como consideram a relação das comunidades ciganas com a comunidade em geral [Vide Anexo 1].

Os questionários aplicados aos indivíduos ciganos de Carrazeda de Ansiães, são de administração indirecta, uma vez que, os inquiridos apresentavam bastantes dificuldades em ler, foi o próprio inquiridor que formulou as perguntas registando as respostas. Tornando-se este processo um processo mais fiável, visto que, as perguntas são esclarecidas, contribuindo para uma melhor interpretação por parte do entrevistado (Quivy & Campenhoudt, 1998).

De acordo com Quivy & Campenhoudt (1998, p. 189), o inquérito por questionário permite o conhecimento de uma determinada população, “as suas condições de vida, os seus comportamentos, os seus valores ou as suas opiniões”. Para Richardson *et al.* (2008), os questionários cumprem pelo menos duas funções: descrever as características e medir determinadas variáveis de um grupo social. A informação obtida por meio do questionário permite observar as características de um indivíduo ou grupo. No caso dos questionários

aplicados aos ciganos de Carrazeda de Ansiães, correspondem a uma amostra de 50 indivíduos ciganos, que servirão para fazer uma caracterização da população de etnia cigana residente em Carrazeda de Ansiães, mais concretamente no denominado “Bairro do Iraque”.

2.3. Razões das opções metodológicas

Optou-se pelo recurso à metodologia qualitativa e quantitativa, considerando-se que estas poderiam contribuir para uma compreensão mais aprofundada da situação estudada.

Para Martins & Theóphilo (2007) a combinação de metodologias “quanti” e “quali” tornam-se importantes, uma vez que, os limites da pesquisa quantitativa podem ser contrabalançados pelo alcance da quantitativa e vice-versa. As duas abordagens não se tornam opostas, mas sim complementares. A integração entre a pesquisa qualitativa e quantitativa permite ao investigador combinar os métodos quantitativos e qualitativos com o objectivo de proporcionar uma interpretação e validação dos resultados com mais profundidade. De facto, e conforme Martins & Theóphilo (2007, p. 138) argumentam:

(...) há de se considerar que, mesmo na pesquisa quantitativa, muitas vezes tão reverenciada como paradigma de representatividade, a subjectividade está presente. Afinal de contas, na escolha do tema a ser explorado, dos indivíduos a serem entrevistados, do roteiro de perguntas, da bibliografia consultada e análise do material colectado, existe um autor, um sujeito que decide os passos a serem dados.

O recurso a metodologias variadas de recolha de dados tais como os inquéritos e as entrevistas, permitiu-nos obter dados diversificados sobre as representações que os ciganos constroem de si perante o acesso ao ensino, trabalho, saúde e nas relação que constroem com a sociedade. Percebendo-se desta forma, se estes se sentem incluídos neles mesmos, ou se sentem que acentuam mais a sua situação de exclusão. Este cruzamento permitiu-nos aprofundar e sistematizar o conhecimento da realidade cigana de Carrazeda de Ansiães.

De modo a recolher a informação para o nosso estudo, os instrumentos concebidos foram a entrevista e o inquérito por questionário. O questionário apresenta-se dividido em cinco unidades de análise. Na primeira unidade de análise recolhemos informação sobre educação; na segunda unidade de análise recolhemos informação sobre a situação

profissional; na terceira sobre as condições socio-económicas; na quarta unidade de análise sobre a saúde. Por fim, na quinta unidade de análise recolhemos informação relativamente à relação com a sociedade envolvente. A entrevista tem como objetivo aprofundar cada uma destas questões, esclarecendo alguns aspetos que o questionário não permitiu.

Capítulo 4. Análise e discussão da pesquisa de campo

Neste capítulo apresentamos a análise das entrevistas e dos questionários levados a cabo junto da comunidade cigana residente na periferia da Vila de Carrazeda de Ansiães, no “Bairro do Iraque”. E por fim, procedemos à discussão dos resultados obtidos, apresentando os dados mais significativos. Neste estudo foram inquiridos 50 indivíduos ciganos de ambos os sexos (Quadro 3). Foram também entrevistadas 6 pessoas, 3 do sexo feminino e 3 do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 18 e os 82 anos (Quadro 4).

1. Percurso escolar

A escola enquanto elemento socializador pode ser encarada como um factor de integração, ou tal, como é referido por Casa-Nova (2008), a educação escolar constitui-se como uma fonte de poder, querendo com isto dizer que, a educação escolar é potenciadora de uma redistribuição do poder na sociedade. Por outro lado, a escola pode se apresentar como uma instituição geradora de desigualdades. Para Bourdieu e Passeron (*cit. in* Casa-Nova 2008), a escola não só produz desigualdades como também é reprodutora de desigualdades.

O retrato da minoria cigana de Carrazeda de Ansiães relativamente aos níveis de escolaridade, apresentam padrões idênticos aos aludidos por vários autores (Liégeois, 2001; Montenegro, 2003; Cortesão *et al.*, 2005; Mendes, 2005; Dias *et al.*, 2006; Casa-Nova, 2006, 2008, 2009), ou seja, apresentam valores muito elevados de insucesso e abandono escolar. No que diz respeito aos níveis de escolaridade (Quadro 5), impõem-se os baixos níveis de escolaridade na totalidade dos inquiridos.

Quadro 5 – Nível de Escolaridade

Nível de Escolaridade	
Analfabeto	32%
Até 4º Ano	44%
Entre 4º e 6º Ano	24%

Da leitura do quadro 5, constata-se uma taxa de analfabetismo de 32%, número este bastante significativo e relevante. A elevada incidência neste grupo étnico de fenómenos como o analfabetismo e abandono definitivo da escolaridade, estão estritamente relacionados com as representações socialmente construídas e com as atitudes face à utilidade da formação escolar (Mendes, 2005, p. 171).

A frequência até ao 4º Ano (1º ciclo - antiga escolaridade primária), é de 44%; relativamente ao 2º ciclo, (4º a 6º Ano), registamos uma evolução comparativamente ao Diagnóstico da Rede Social de 2004, que apenas referia uma pessoa com o 2º Ciclo, passando para uma percentagem mais significativa (24%) de indivíduos inquiridos que possuem até ao 6º Ano de escolaridade. Este dado pode ser justificado em grande medida, pelo facto de alguns destes indivíduos frequentarem ao longo dos últimos oito anos formações para adultos do tipo EFA. Contudo, através do quadro 5, fica saliente o predomínio dos baixos níveis de escolaridade na Comunidade Cigana de Carrazeda de Ansiães.

Para perceber as razões destes resultados, foi-lhes questionado quais eram as principais razões que levam ao abandono escolar das crianças ciganas residentes em Carrazeda de Ansiães (Quadro 6). Os principais motivos apontados prendem-se com a distância relativamente à escola, a tradição e cultura cigana, dificuldades de aprendizagem, discriminação, dificuldade económicas, pouca utilidade da escola e o sentimento de mau acolhimento no meio escolar.

Examinando estes dados 94% consideraram que a tradição e os deveres familiares, estão na base do abandono escolar, tornando nítido o desinvestimento escolar, forçado tanto dos rapazes como raparigas adolescentes, a um casamento. As raparigas para além de

abandonarem a escola para casar, cuidar dos filhos também, lhes são delegadas responsabilidades no cuidar dos idosos. As crianças são socializadas para a realização de casamentos em idades relativamente precoces, sendo este também um factor inibidor de uma frequência escolar prolongada (Casa-Nova, 2008).

O abandono escolar é justificado e associado a razões de ordem cultural:

“Têm doze, treze anos acabou! Pensam em namorar acabou! Têm medo da cultura cigana. A cultura não lhes permite. É o próprio marido que não permite (...) e para o homem é igual, ele casa, e estudos acabam.” (Homem, 45 anos)

“Metade das crianças deixam de estudar para se casarem, outros não querem estudar. A nossa etnia não aceita conciliar a escola com os estudos. Os homens pensam, vais andar nos estudos ou vais andar para te governares? Muitos é mais isso que pensam. Têm vergonha de estar casados e andar na escola! Eles então receiam-se e envergonham-se muito... são assim. Por exemplo, eu não me importava que a minha filha que casou continuasse os estudos, mas o marido não deixa. Ele também não fez muitos estudos, só fez a 3ª classe, não percebe o que é a necessidade de estudar. Mas, eu também me inscrevi num curso para fazer o 9º ano, e também a inscrevi a ela, só que o marido não quer.” (Mulher, 44 anos)

As crianças abandonam a escola para casar. Na nossa lei casam-se a escola fica! Na nossa lei é assim. As pessoas namoram, casam-se e deixamos de estudar logo!” (Homem, 33 Anos)

Contudo, o abandono escolar também se justifica por razões de carácter doméstico, sobretudo relacionadas com tarefas de cuidar:

“Deixei de estudar por causa dos meus irmãos. Andei pouco tempo na escola. Depois tive de deixar por causa de cuidar dos meus irmãos, era eu que tomava conta deles. O meu pai e a minha mãe saiam e era eu que ficava responsável por eles (...) era a mais velha tinha de ficar em casa” (Mulher, 40 Anos).

A entrevistada cujo extracto de discurso apresentámos ficava com os irmãos porque era a rapariga mais velha. De certa forma, é atribuído à filha mais velha a responsabilidade de cuidar dos afazeres domésticos, contribuindo desta forma para o abandono escolar, uma vez que, estes afazeres e responsabilidades condicionam a frequência escolar.

A totalidade dos inquiridos, ou seja, 100%, referem a distância do acampamento relativamente, à escola. De facto, o acampamento dista da escola, tendo estas crianças que percorrer um longo caminho a pé, não existindo nenhuma ligação de transportes. Seguidamente, apontaram as dificuldades de aprendizagem com 70% das opiniões como uma das razões do abandono escolar. Também as dificuldades económicas são aqui sugestionadas com 54% das opiniões; também 54% apontam a discriminação como uma

das dificuldades que as crianças enfrentam no meio escolar, 22% considera que a escola é um meio onde não se sentem acolhidos.

Por vezes o abandono escolar também se prende com as dificuldades económicas da família a distância do acampamento relativamente à escola:

“Deixei de estudar para ganhar a jeira. Depois fui para a Alemanha e para o Porto servir numa casa. Eu não queria deixar de estudar mas os meus pais não tinham possibilidades, obrigaram-me a ir ganhar a jeira.” (Mulher, 44 anos)

“Muitas das vezes as crianças abandonam a escola, por causa dos pais que não tem possibilidades de os trazer na escola, por causa de casar, e por causa de trabalharem para os pais e para eles viverem. Também por causa do tempo de inverno, não têm transportes e ainda por cima a escola é longe.” (Jovem rapariga, 19 anos)

Verificamos também que a escola tem pouca utilidade para cerca de 48% dos indivíduos. Como veremos no gráfico 5, a importância da escola fixa-se sobretudo em aprender a ler, escrever e fazer contas. Montenegro (2003, p. 79), a este respeito diz o seguinte:

O cigano se quiser aprender a fazer contas, não terá o menor interesse em possuir um título que diga o saber fazer. Se, eventualmente, quiser um diploma que certifique que saiba ler, escrever e contar é porque precisa dele para obter a carta de condução, não porque realmente pensa que não pode conduzir sem ela. Para ele o que tiver de aprender não só se aprende fora da escola, como se aprende na condição de não perder tempo nela, uma vez que o tempo é limitado, sobretudo em relação à rápida incorporação na vida adulta e os possíveis usos das suas escassas alternativas.

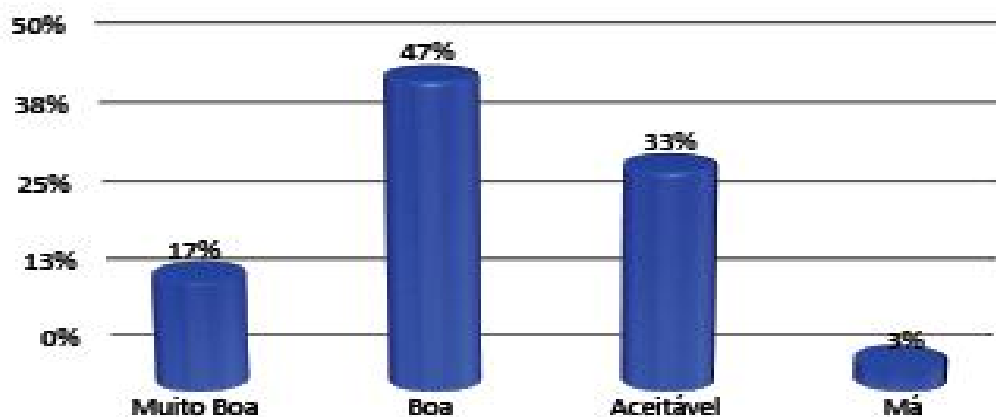
Quadro 6 – Razões de Abandono Escolar

Razões de Abandono Escolar	
Distância do acampamento relativamente à escola	100%
Deveres familiares / Tradição e costumes	94%
Dificuldades de aprendizagem	70%
Discriminação	54%
Dificuldade económicas	54%
Pouca utilidade da escola	48%
Mau acolhimento no meio escolar	22%

Observando o Gráfico 2, relativamente à relação que os ciganos mantêm com os colegas e professores, os resultados mais significativos fixam-se nas categorias de bom e aceitável.

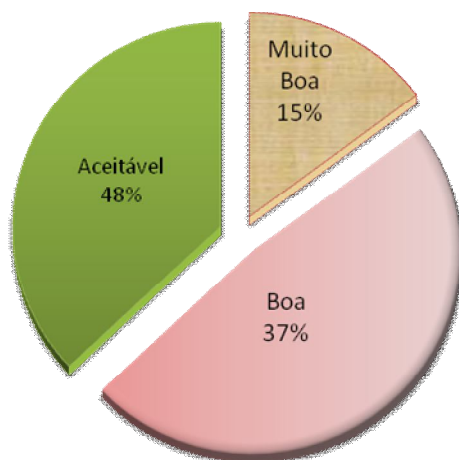
Assim temos, 47% que consideram a sua relação com colegas e professores boa e 33% consideram aceitável a relação com colegas e professores. Com 17% temos as opiniões que consideram a sua relação com colegas e professores de muito boa, por oposição aos 3%, que consideram a sua relação má com colegas e professores.

Gráfico 2 – Relação dos ciganos com colegas e professores



Analisando agora o gráfico 3, relativamente à relação dos ciganos com a Instituição Escolar, 48% consideram aceitável a relação com a escola, 37% consideraram boa, considerando 15% muito boa essa mesma relação.

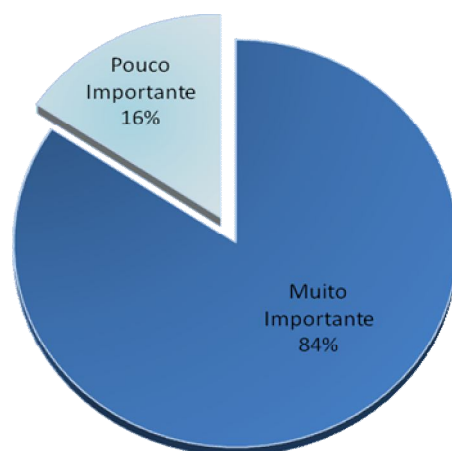
Gráfico 3 – Relação dos ciganos com a Instituição Escolar



Outro dado importante (Gráfico 4) é que, 84% dos inquiridos consideraram que a escola tem importância para as comunidades cigana, enquanto que para 16% consideraram que a escola não tem importância. Casa-Nova (2008), a este propósito refere que, as famílias ciganas que não dão significado à escola, fazem-no, por um lado, por ainda não ter encontrado significado para a escola, ou seja, as crianças são socializadas num ambiente familiar comunitário pouco sensível à escola, onde esta aparece com uma importância marginal.

Comparativamente com os resultados da investigação empírica realizada com os ciganos de Carrazeda, uma parte significativa valoriza a escola, considerando-a importante, mas esta valorização dá-se no plano de aprender a ler, contar e escrever. Não sendo considerada suficientemente significativa aos níveis dos efeitos de uma escolaridade prolongada e bem-sucedida.

Gráfico 4 – Importância que a escola tem para as comunidades ciganas



Assim sendo, através do gráfico 5, podemos observar que 37% dos inquiridos consideram que a escola tem importância sobretudo no sentido de aprender a ler e a escrever. Estes atributos escolares são percebidos pela comunidade como uma forma de sucesso, constituindo-se o saber ler, escrever e contar em elementos essenciais para o seu quotidiano pessoal e profissional (Casa-Nova, 2008, p. 34). O interesse pela escola para além da aprendizagem de saberes, é considerada por 26% dos inquiridos, importante para futuramente conseguir um trabalho; 23% consideram que a escola é importante pois possibilita o encontro e intercâmbio entre as crianças ciganas e não ciganas e 14% consideram que a escola pode ser importante para continuar a estudar.

Gráfico 5 – Importância da escola no futuro das crianças



Para Casa-Nova (2008), a compreensão do problema dos baixos níveis de escolaridade e do afastamento da escola por parte das comunidades ciganas, passa pelo conhecimento da etnicidade cigana, dos processos de socialização e educação familiares, das suas formas expectativas e perspectivas de vida.

De facto, e conforme Casa-Nova (2006, p. 161), refere:

A escola vai gradualmente solicitando à criança cigana o desempenho de determinadas tarefas para a resolução das quais a criança vai percepcionando e incorporando que os conhecimentos que possui e que são valorizados no seu grupo de pertença, não são considerados adequados, apresentando reduzido significado a escola, inibindo-se no desempenho de tarefas que percepciona como ameaçadoras da sua auto-estima: a sua não resolução de acordo com a concepção de êxito escolar definido, significa a vulnerabilidade da criança num meio que, não lhe sendo hostil, é desconhecido e ameaçador na medida em que não funciona segundo as suas regras que conhece.

A nossa investigação permitiu averiguar que predominam os baixos níveis de escolaridade, as razões do abandono prendem-se sobretudo a questões culturais, considerando a sua relação com colegas e professores como boa. Referindo que a escola tem importância, fixando-se essa importância sobretudo na aquisição de conhecimentos básicos.

2. Percurso e situação profissional

Analisar a situação dos ciganos de Carrazeda de Ansiães sob o ponto de vista das noções de exclusão/inclusão, torna-se fundamental a abordagem da questão do emprego. De facto, o conceito de emprego organiza-se não só em termos do acesso aos recursos materiais, sob a forma de rendimento, como também no conjunto de direitos ligados à protecção social, às condições de trabalho e descanso e às subjacentes dimensões simbólicas e relacionais como as de utilidade social, de sociabilidade individual e de identidade social (Dias *et al.* 2006).

Ao observar a situação da comunidade cigana face ao percurso e situação profissional (Gráfico 6), verificam-se as seguintes situações: entre os 50 indivíduos inquiridos, 82% estão desempregados, ou seja, a taxa de desemprego nestas comunidades assume valores

bastantes elevados. Dos restantes inquiridos, 10% são estudantes, 6% nunca trabalharam, enquanto que os outros 2% encontram-se reformados.

Gráfico 6 – Situação Face ao Emprego



Outro dado apurado (Gráfico 7) e bastante significativo é que, para 66% dos indivíduos inquiridos consideram o trabalho como um meio de subsistência, sendo considerado um objectivo de vida somente para 34% dos inquiridos.

O trabalho é concebido mais como uma necessidade de sobrevivência do que como um fim em si mesmo. Ou seja, o trabalho não é um valor ou um aspecto da vida em que se pode obter realização pessoal, mas uma condição indispensável à sobrevivência quotidiana (Mendes, 2005, p. 124).

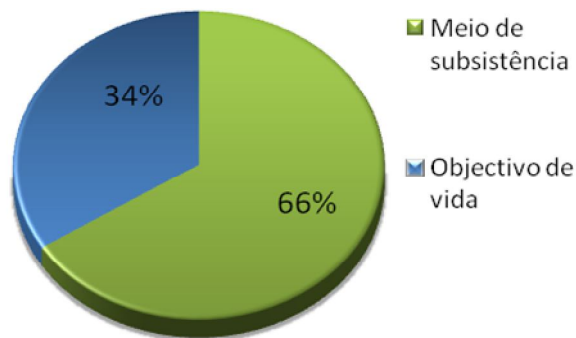
Para os/as entrevistados (as) o significado atribuído ao trabalho, passa sobretudo, pela necessidade de sobrevivência como forma de obter satisfação pessoal:

“Quando falta dinheiro, tenho de sustentar a família. (...) O trabalho é uma forma de conseguir viver!” (Homem, 45 anos)

“Trabalho serve para arranjar dinheiro, para nos conseguimos alimentar e manter as coisas de casa.” (Jovem rapariga, 19 anos)

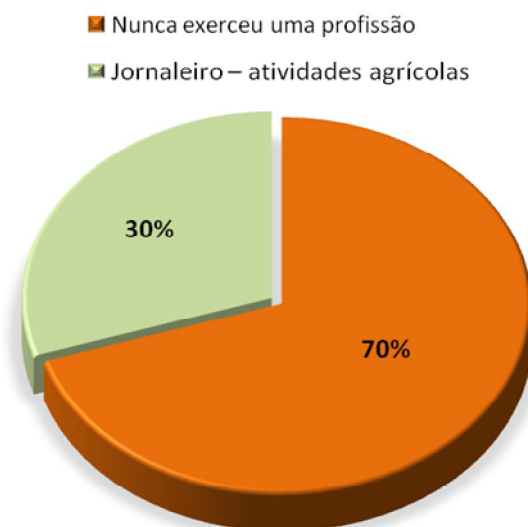
“Trabalho, é muito bom para ganhar dinheiro. Uma pessoa anda melhor (...). Quem me dera cá um! (...). (Mulher, 40 anos)

Gráfico 7 – Significado atribuído ao Trabalho



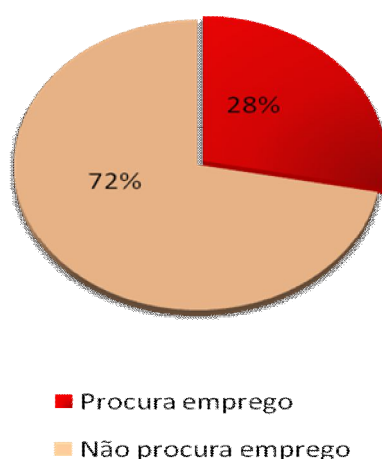
Relativamente à atividade profissional (Gráfico 8), 70% afirmam nunca ter exercido nenhuma profissão, e dos que já trabalharam, 30% trabalharam em actividades esporádicas tais como: vindimas, colheitas e outras actividades agrícolas. As suas actividades profissionais não são encaradas tanto como uma profissão, mas mais como uma atividade de subsistência.

Gráfico 8 – Atividade Profissional



Através de uma leitura do Gráfico 9, verifica-se que dos 50 indivíduos inquiridos, 72% afirmam não estar à procura de trabalho, referindo 28% que procuram trabalho.

Gráfico 9 - Procura ativa de Trabalho



Como é possível constatar na informação presente no Quadro 7, na opinião dos elementos da comunidade as razões da falta de motivação para o emprego, prendem-se com motivos culturais para 32% dos indivíduos. Associado aos motivos culturais surgem os motivos familiares com 30% tais como o cuidar das crianças, dos idosos e cuidar do lar. Para 18% a falta de estudos também é considerado um motivo para não procurar. Assim como a discriminação racial para 13% e finalmente por motivos de doença para 6%.

Quadro 7 – Motivos da não procura de Trabalho

Motivos pelos quais não procuram Trabalho	
Por motivos Culturais (casar e ter filhos)	32%
Por motivos Familiares (cuidados como cuidar do lar, crianças e idosos)	30%
Falta de Estudos	18%
Discriminação Racial	13%
Motivo de Doença	6%

A totalidade dos inquiridos referiu que enfrenta dificuldades para conseguir um trabalho. Dos principais problemas que enfrentam para conseguir trabalho, 48% refere a discriminação, 33% a muita oferta de mão-de-obra, referindo os búlgaros que vieram alterar

a oferta e os preços das jeiras. Enquanto que, para 19% referem que o motivo é a falta de trabalho (Quadro 8).

Quadro 8 – Os principais problemas encontrados para conseguir trabalho

Dificuldades para conseguir Trabalho	
Discriminação	48%
Muita oferta de mão-de-obra (Búlgaros)	33%
Falta de Trabalho	19%

Um dos elementos de produção e reprodução da pobreza e de exclusão social é a ausência de entrada das comunidades ciganas no mercado de trabalho formal (Vicente, 2009).

Estamos, desta forma, perante uma população que se caracteriza por baixos níveis de escolaridade e não inserção no mercado de trabalho. Situação esta que possibilita o desenvolvimento de actividades precárias (vindimas e colheitas), delegando-os para a posição de beneficiários de Rendimento Social de Inserção. Em termos profissionais todos os elementos inquiridos não têm um trabalho regular, dedicando-se sobretudo a actividades esporádicas relacionadas com actividades agrícolas.

Relativamente à situação de discriminação dos ciganos no acesso ao mercado de trabalho, os entrevistados referem algumas situações que vivenciaram:

Praticamente isto não se ganha nada... uma pessoa vai à procura de trabalho não nos dão trabalho... dizem que não precisam de ninguém para trabalhar. Às vezes vem aqui ao acampamento. Quero pessoal para trabalhar amanhã. Uma pessoa fica à espera mas não aparecem... muitas vezes chamamos e depois não vêm. Às vezes até se faz a merenda e tudo e nada... não vem. Vêm depois dizer que já não precisam. Com a chegada dos Búlgaros alterou tudo há menos trabalho... as melhores casas são as deles... e é tudo para eles. Uma pessoa foi nascida e criada aqui... uma pessoa vai para arrendar uma casa não há renda e a eles já arrendam. (Homem, 33 Anos).

As pessoas vão primeiro procurar mão-de-obra aos aldeanos e Búlgaros só depois é que vêm aqui aos ciganos. Eles agora chamam os "outros", se os "outros" vão fora é que vem aqui a nós. Os Búlgaros levam mais barato. Para encontra um emprego eles olham a ser cigano. Quantas e quantas vezes já me aconteceu chamarem-me para ir trabalhar... mas por ser cigano depois não vou trabalhar. Fico à espera do patrão e o patrão não aparece e torno a vir para casa. Prepara-se a merenda prepara-se tudo e depois o patrão não aparece. Depois ao outro dia se calha de o ver... então? Arranjei outro! Já não fui lá busca-lo. Pronto! Uma pessoa levantasse logo de manha cedo... fica um bocado à espera e depois não aparecem, compro a merenda e tudo e depois não aparece ninguém. (Homem, 55 anos).

3. Condições de vida e protecção social

Mediante as respostas obtidas (Quadro 9), verificamos que, a principal fonte de rendimento do agregado advém sobretudo do Rendimento Social de Inserção com 56% de beneficiários; 35% do Abono de Família; 7 % da prestação de velhice e 2 % referiram que recebem apoio de particulares.

Quadro 9 – Origem dos Rendimentos

Origem dos Rendimentos	
Rendimento Social de Inserção	56%
Abono de Família	35%
Prestação de Velhice	7%
Apoio de Particulares	2%

4. Saúde

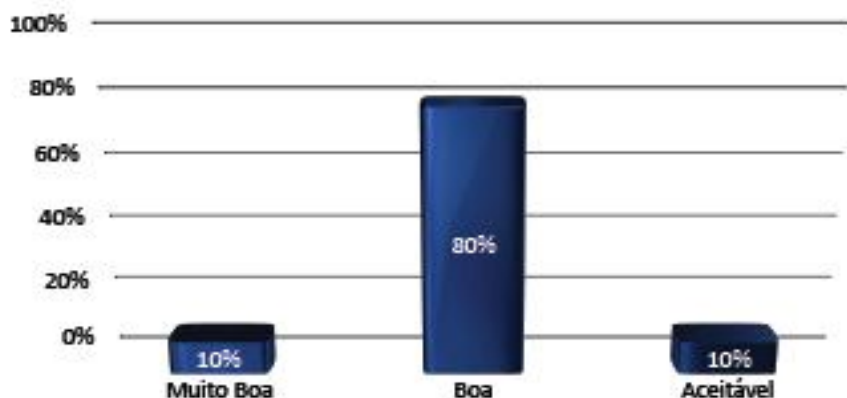
A saúde é uma das principais necessidades sociais básicas e, como tal, um dos direitos fundamentais, desempenhando um papel central nos processos de exclusão/inclusão social, na medida em que constitui um elemento integrador para aceder a outros recursos, serviços e direitos contribuindo para a coesão social (Vicente, 2009). A Organização Mundial de Saúde (OMS) define saúde como “estado de bem-estar físico, mental e social e não apenas como ausência de doenças ou enfermidades”. Contudo, os processos de exclusão e marginalização social limitam o acesso e a utilização que as pessoas fazem dos serviços de saúde (Vicente, 2009, p. 6).

Ao contrário do que seria de esperar, tendo em conta o retrato nacional das comunidades Ciganas perante a saúde (Vicente, 2009), a totalidade dos inquiridos encontra-se inscrito no centro de saúde.

Relativamente à relação percebida pelos ciganos de Carrazeda de Ansiães com os profissionais de saúde, uma significativa percentagem (80%) consideram que a sua relação com os profissionais dos serviços de saúde é boa, enquanto que, para (10%) a relação é

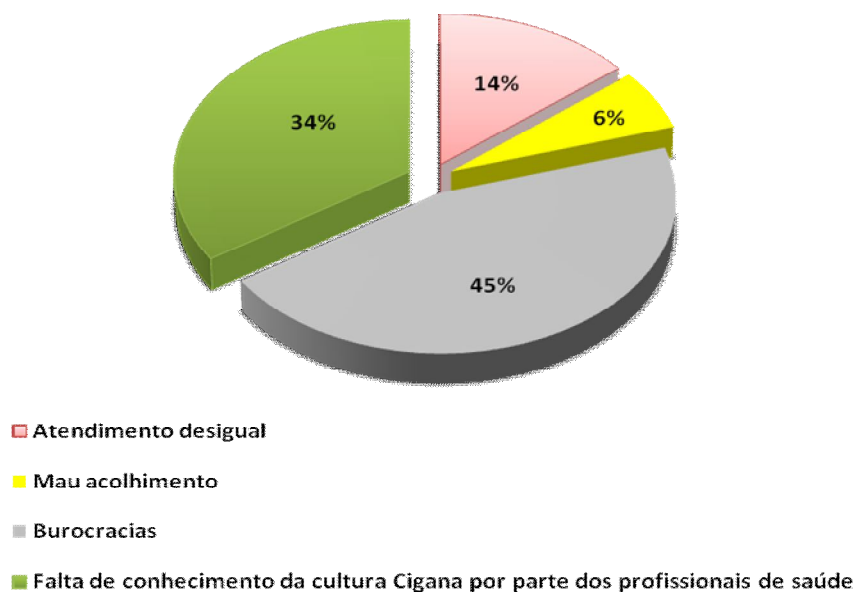
aceitável e para outros 10% é muito boa a relação com os profissionais dos serviços de saúde (Gráfico 10). Dado que contraria um pouco, a constatação geral tida no diagnóstico – As comunidades ciganas e a saúde: um primeiro retrato nacional (Vicente, 2009).

Gráfico 10 – Relação com os profissionais de saúde



Apontando como principais constrangimentos/problemas ou falhas nos serviços de saúde (Gráfico 11), as burocracias (45%); falta de conhecimento da cultura cigana por parte dos profissionais de saúde (34%); atendimento desigual (14%) e mau acolhimento (6%).

Gráfico 11 – Problemas nos serviços de Saúde



5. Relação com a sociedade envolvente e representações sociais

O objectivo deste ponto é estudar o sentido atribuído ao “eu – Cigano”. A hipótese inicial era, lembrando-a brevemente, analisar em que medida os indivíduos ciganos se sentem incluídos, ou se pelo contrário se sentem excluídos na sociedade. Trata-se de examinar como eles se autodefinem relativamente às suas interpretações de inclusão/exclusão.

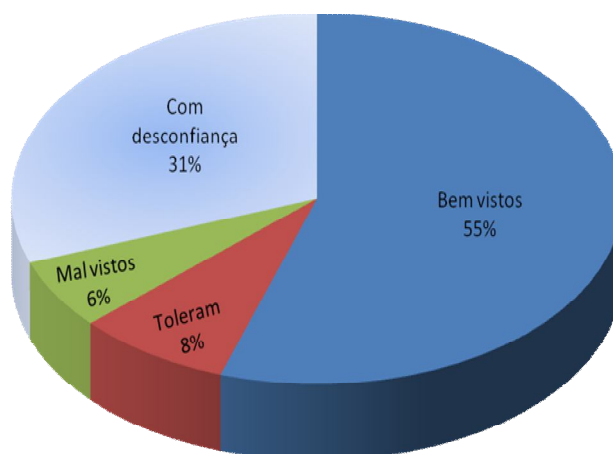
No gráfico 12, ficam salientes os (55%) dos indivíduos inquiridos que consideram que são bem vistos pela sociedade. Os/as entrevistados (as) justificam este dado da seguinte forma:

“Eu aqui não tenho tido problemas! De uma forma geral, acho que nos damos bem. Não tenho tido queixas” (Homem, 45 anos).

“Não tenho razão de queixa dos aldeãos! Uma pessoa porta-se bem com eles e eles portam-se bem comigo” (Homem, 45 anos).

Enquanto que, (31%) consideram que são vistos com desconfiança. Por outro lado, temos (8%) que acham que são tolerados, considerando (6%) que são mal vistos.

Gráfico 12 – Representações da forma como os Ciganos acham que são vistos pelos não Ciganos



Por outro lado, os ciganos residentes em Carrazeda de Ansiães, “Bairro de Iraque” e que integram o nosso objecto de investigação, caracterizam a sua relação com os não ciganos

como uma relação discriminatória 64%. Mas surgindo aqui um valor significativo de indivíduos, cerca de 36% que considera que são tratados com igualdade pela sociedade (Quadro 10).

Os entrevistados referiram algumas situações em que se sentiram excluídos. A exclusão fez-se sentir sobretudo no meio escolar:

“A minha filha passou um ano inteiro virada para a parede na escola. Elas lá lhe meteram medo à menina para ela não me dizer nada... ela vinha-me “temida” para casa. Eu perguntava o que é que tens filha? E ela respondia...não tenho nada! Nunca me disse nada! Só vim a descobrir quando no final do ano fui assinar as notas. Por acaso, perguntei-lhe assim... M. onde é o teu lugar? E ela ficou assim vermelha! (...) Então ela disse-me... mãe, o meu lugar é naquela cadeira. Comecei a mandar vir com a professora (...) e eu disse: não tem vergonha de meter uma menina todo ano virada para a parede (...). Ela respondeu: virei-a para a parede, não tinha mais lugares (...). E então você meteu a menina por ser cigana, virada para a parede! (...). Depois mudei-a dali” (Mulher, 44 anos)

“Eu andei num curso, de cigana só lá andava eu. As aldeanas iam todas tomar café, e eu não convivia com elas. Vingava-me em chorar. Eu dizia assim: como é que pode ser? Eu aqui no meio desta gente que não participam comigo, nem nada!? Como é que eu posso ver-me aqui? Eu estive para deixar o curso! Estive mesmo para desistir! (...) já não tinha motivação para ir. Parece que me desprezavam... mantinham-me à parte” (Mulher, 44 anos)

“Os aldeanos adem pensar que somos ciganos, logo dizem, vão ali ciganos...isto e aquilo!” (Mulher, 40 anos)

“Os meus filhos nunca falharam um dia na escola. Mas na escola ligam mais aos outros que ligam aos ciganos. As professoras dão mais importância aos aldeanos e depois os ciganos não tratam deles. Os meus filhos estão com dificuldades de aprender, as professoras não fazem caso... é o que é! Há mais atenção para os outros do que para aqueles... são ciganos, são ciganos! À minha “canalha” ficaram de lhe dar os livros. No início do ano não lhe deram os livros, só lhe deram os livros no meio do ano lectivo. Como é que as crianças podem aprender? Os garotos estão ali e só olham para os “outros” para aqueles não olham nada. O que é que uma pessoa vai fazer? Quantas vezes já fui à escola. E lá na escola dizem-me que eles não apreendem porque eles não querem! Nós tratamos deles (subentende-se aqui a resposta dos professores) é um problema!” (Homem, 55 anos)

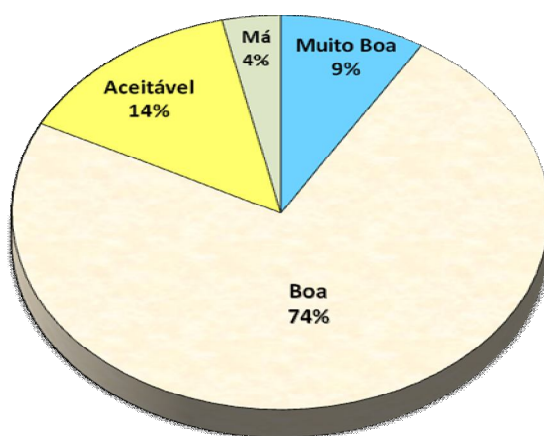
“Quando o menino estava na escola da aldeia aprendeu a ler qualquer coisa. No primeiro ano que entrou já fazia o nome, começou a ler algumas palavras, veio para aqui (subentenda-se escola primária de Carrazeda de Ansiães) nada! Ele está no 2º ano, mas meteram-no na sala do 3º ano, não consegue acompanhar! Às vezes batem-lhe lá... ele tem medo não conta nada. Na aldeia andavam mais em cima dele, aqui só tem apoio uma vez por semana e é meia hora só! (Homem, 33 anos)

Quadro 10 - Auto-Imagem

Auto – Imagem	
Discriminado	64%
Não Discriminado	36%

Por outro lado, verificando o gráfico 13, os indivíduos ciganos inquiridos considerem grosso modo, a sua relação com a sociedade em geral como boa (74%); desse total, 14% dos inquiridos refere como aceitável, 9% consideram muito boa a sua relação com a comunidade em geral, referindo apenas 4% que a sua relação com os não ciganos se classifica de má.

Gráfico 13 - Relação das Comunidades Ciganas com a Comunidade em Geral



“Acho que a relação com os não ciganos é boa. Quando estou com eles sinto-me diferente.” (Jovem, 19 anos)

“Eu sinto-me bem ao pé dos aldeanos. Muitos dos aldeanos não se sentem bem ao pé dos ciganos, logo começam a sair.” (Mulher 40 anos)

“Quando andamos por lá (subentende-se aqui, que a entrevistada se estava a referir às jeiras) juntamo-nos todos.” (Mulher, 42 anos).

Verifica-se que para os entrevistados, as respostas vão no sentido de uma boa relação com os não ciganos.

6. Discussão dos resultados

Neste estudo sobre os ciganos de Carrazeda de Ansiães, pretendemos perceber as representações sociais que os indivíduos desta comunidade constroem de si, perante o acesso a serviços como educação, emprego, saúde e nas relações interétnicas. Esclarecer se o acesso a estes contribui para trajetórias de inclusão ou se, pelo contrário, contribuem para situações de marginalização. Desta forma, tendo em consideração estes elementos, pretendemos proceder ao confronto dos dados apresentados, bem como a uma tentativa de interpretação dos mesmos.

Quanto às representações sobre a escola e à relação da comunidade cigana de Carrazeda de Ansiães com esta, os dados obtidos obrigam-nos a reflectir. Da análise efetuada aos níveis de escolaridade verifica-se que estamos na presença de uma população com níveis de escolaridade muito reduzida, onde a percentagem de elementos que atingiram escolaridade entre 4º a 6ºano é de apenas 24%, não se registando nenhum grau acima deste nível de escolaridade.

Relativamente aos dados que tivemos acesso, oriundos do diagnóstico da Rede referente a 2004, é de salientar uma relativa evolução comparativamente aos graus académicos (4º e 6º ano). Este dado pode ser justificado, em grande medida, pelo facto de alguns destes indivíduos frequentarem, ao longo dos últimos oito anos, formações para adultos do tipo EFA. Contudo, o insucesso e abandono escolar continuam a ser persistentes.

No que se refere à percepção que os participantes têm de si na relação que estabelecem com a escola, estes classificam-na nas categorias do aceitável a boa. No entanto, os registos escolares contradizem este discurso. As explicações aludidas para o abandono escolar prendem-se com a tradição e cultura cigana, a distância relativamente à escola, dificuldades de aprendizagem, dificuldades económicas e mau acolhimento no meio escolar. Podemos usar aqui o termo “inclusão-excludente” (Casa-Nova, 2009), ou seja, uma inclusão no grupo de pertença e uma exclusão da sociedade abrangente. A *inclusão-excludente* consiste num processo de construção e manutenção de fortes vínculos e coesão comunitários que, ao

mesmo tempo que proporciona segurança e comodidade individuais, funciona como fator impeditivo de uma inclusão na sociedade maioritária dado ser efectivada através do controlo comunitário que é exercido no sentido de preservar a união do grupo face ao exterior percebido como hostil, procurando manter cada um dos seus elementos dentro do endogrupo, procurando equilibrar assim uma relação de força maioria-minoria (Casa-Nova, 2009).

No que concerne à relação com professores e colegas, os resultados mais significativos fixam-se nas categorias entre o bom e aceitável. Se atentarmos nas respostas dos inquiridos relativamente à importância que dizem ter a escola para eles, uma significativa percentagem (84%) consideraram que esta é importante para as comunidades ciganas. Apenas 16% considerando que a escola é pouco importante. Essa valorização dá-se no plano de aprender a ler, contar e escrever. Estes atributos escolares são percebidos pela comunidade como uma forma de sucesso, constituindo-se o saber ler, escrever e contar em elementos essenciais para o seu quotidiano pessoal e profissional (Casa-Nova, 2008, p. 34). Por outro lado, também salientaram a importância da frequência escolar para poder arranjar emprego.

Mas a complexidade do relacionamento dos ciganos com a escola não se fica por aqui. É que por um lado temos um grupo sócio-cultural bastante fechado, com uma identidade bem vincada, com interesses e valores muito próprios em que é muito difícil de penetrar a um nível que permita uma real compreensão das situações. Por outro lado, temos uma instituição também ela cheia de problemas e contradições (Cortesão *et al.*, 2005).

Recorde-se assim que nesta comunidade predominam baixos níveis de escolaridade. As razões do abandono escolar prendem-se sobretudo a questões culturais, apesar de considerarem a relação com colegas e professores de boa. Referem também que a escola é importante, fixando-se essa importância sobretudo na aquisição de conhecimentos básicos. Perante isto, percebemos que devido à especificidade da cultura cigana, a escola enquanto instituição de socialização, não se enquadra nas expectativas e entendimentos de socialização desta comunidade. A comunidade estudada não encontra sentido nesta

escolaridade, sendo apenas vista como uma obrigatoriedade. Os/as entrevistados (as) mostraram um sentimento de discriminação no meio escolar. Sobretudo no tratamento diferenciado que dizem sentir por pertencerem à comunidade cigana.

Da análise dos inquéritos realizados, um facto a salientar, a taxa de desemprego fica acima dos 80% e as pessoas assumem não procurar emprego (72%). Apontam motivos familiares e questões culturais como as principais razões para não procurar emprego. As três principais dificuldades apontadas ao nível da inserção no mercado laboral são a falta de trabalho, muita oferta de mão-de-obra e a discriminação. Confirma-se desta forma, a hipótese levantada da dificuldade do acesso destes indivíduos ao mercado de trabalho. Este é condicionado pela pertença étnica, pelos níveis de escolarização e pelo grau de abertura da sociedade maioritária.

O emprego apresenta-se para muitos dos inquiridos como um meio de subsistência e não um objetivo de vida. Para suprir as necessidades do quotidiano, não perspectivam o futuro, o que confirma desta forma a hipótese lançada inicialmente. Os inquéritos realizados permitiram averiguar que a origem dos rendimentos advém sobretudo do rendimento social de inserção.

Relativamente à saúde, as informações recolhida dizem respeito à relação proximidade/distância da comunidade cigana com os profissionais de saúde. Verifica-se que todos os inquiridos estão inscritos no Centros de Saúde, considerando como boa a sua relação com os profissionais daquele sector. Os principais problemas apontados nos serviços de saúde são as burocracias (45%) e a falta de conhecimento da cultura cigana por parte dos profissionais (34%). Por parte dos indivíduos inquiridos existe a percepção de que os profissionais de saúde não compreendem algumas vicissitudes da sua cultura. Confirma-se assim que os ciganos sentem que o acolhimento médico é de exclusão quando aqueles se dirigem aos serviços de saúde causado por dificuldades com a administração da saúde, burocracias e desconhecimento da cultura cigana.

Liégeois (2001, p. 63), justifica essa relação da seguinte forma:

O próprio conhecimento médico nem sempre é favorável: em vários países, são referidos casos de médicos que não atendem, ou atendem com reservas, os ciganos, e os casos bastante mais frequentes, de dificuldades com a administração de saúde, de rejeição simples ou indirecta “falta-lhe um papel”; a burocracia e a grande quantidade de papelada dificultam o acesso a direitos.

Relativamente às representações que estes fazem do “eu” cigano perante o “outro” não cigano, 55% considera que os “aldeanos” os vêem com bons olhos, enquanto que 31% dos indivíduos considera que são vistos com alguma desconfiança. Só 6% consideram que são mal vistos. Os restantes (74%) consideram a sua relação com os “aldeanos” de boa, chegando 9% a considerar essa relação mesmo de muito boa. Apenas 4% consideram má a sua relação com os “aldeanos”. Verificamos assim que, eles se percebem a si próprios como elementos bem aceites.

Apesar destes indivíduos acharem que, de um modo geral, são bem vistos pelos não ciganos, consideram-se mesmo assim discriminados. Dai que 64% consideram que são discriminados, surgindo no entanto um valor significativo de indivíduos cerca de 36% que consideram que são tratados com igualdade pela sociedade. Tal poderá dever-se ao facto de estes se representarem a si como bem vistos perante a imagem do “outro” não cigano. Pode ainda ser justificado com a hipótese da pergunta de partida. Ou seja, dado Carrazeda de Ansiães ser uma pequena vila onde existem relações de proximidade e vizinhança, a comunidade cigana aqui residente sente-se mais próxima da sociedade em geral. De um modo geral, a inclusão é percebida pela imagem que estes fazem de si, perante o olhar do não cigano ou tal, como eles designam, “aldeanos”. A comunidade estudada sente-se, bem vista pelos aldeanos. Tal significa que não se sentem excluídos em alguns vectores da vida social, tal nas relações interétnicas.

Em suma, a baixa escolaridade e o difícil acesso ao mercado de trabalho geram discriminação, ou seja, aumenta mais o seu grau de exclusão (Dias *et al.*, 2006). Acrescenta-se a esses factos a sua posição de excluídos perante a envolvente física (precariedade do lugar onde os ciganos moram, barraca sem condições mínimas de habitabilidade, inexistência de água canalizada e electricidade nessas habitações, o difícil acesso ao acampamento faz-se por terra batida). Todos estes factores se apresentam como fortes condicionantes para a sua inclusão.

Apesar destes indivíduos acharem que, de um modo geral, são bem vistos pela sociedade, consideram-se discriminados. Sentem que são discriminados em alguns vectores da sociedade, sobretudo no acesso ao emprego e na escola. Desta forma, podemos compreender que tal como está enunciado na hipótese à pergunta principal, os indivíduos deste grupo sócio-cultural são socializados em valores e normas da sua própria cultura, considerando por isso secundária a aquisição da cultura da sociedade maioritária.

Conclusão

A história “oficial” dos ciganos têm sido ao longo dos séculos, profundamente discriminatória (Montenegro, 2003; Casa-Nova, 2005, 2009; Cabecinhas & Amâncio, 2004; Dias *et al.* 2006; Fonseca *et al.* 2005; Mendes, 2005; Liégeois, 2001). Neste sentido, os ciganos são indiscutivelmente portadores de estigma, tornando-os desta forma um grupo étnico mais vulnerável a situações de pobreza e exclusão.

De forma a conhecer o grupo étnico cigano que reside em Carrazeda de Ansiães e compreender a sua relação e a interpretação que dão à escola, saúde, emprego e relações interétnicas, adoptamos como ponto de partida, a ideia de que a problemática da Inclusão/Exclusão se faz em torno da especificidade da comunidade cigana de Carrazeda de Ansiães. Para tal, tornou-se fundamental perceber as expectativas e as realidades percebidas por eles (ciganos), compreendendo se estes se sentem de alguma forma incluídos ou se, pelo contrário, se sentem excluídos da sociedade e se os bens e serviços (escola, saúde, emprego e relações interétnicas), se apresentam como veículos para a sua inclusão, ou se antagonicamente vêm reforçar a sua posição de excluídos. Assim, perante este quadro, o estudo incidiu sobre as representações sociais que a comunidade cigana de Carrazeda de Ansiães tem de si, perante o acesso e relação que estabelecem com os já referidos serviços.

Assim e face às hipóteses enunciadas, passa-se a sistematizar os resultados obtidos. No que concerne à hipótese relativa à escola “devido às tradições culturais, a escola enquanto instituição de socialização, não se enquadra nas expectativas e entendimentos de socialização desta comunidade, não encontrando sentido nesta, sendo apenas vista como uma obrigatoriedade”, pode-se afirmar que, a escola não é percebida por estes como um espaço de inclusão. A escola apesar de pretender transmitir saberes, promover a aprendizagem dos direitos de cidadania não se coaduna com os valores da cultura cigana.

Outra das hipóteses enunciada que se verificou tem a ver com a questão do acesso ao trabalho. Assim, “o trabalho é condicionado pela pertença étnica, pelos níveis de escolarização e pelo grau de abertura da sociedade maioritária” e por outro lado, validamos

a hipótese de que “o trabalho é visto como um meio de subsistência, para suprir as necessidades do quotidiano, não se perspectivando o futuro”.

Outras das hipóteses formuladas prende-se com as questões da saúde. Esta questão tornou-se um pouco ambígua, pois se por um lado sentem que estão incluídos, por outro sentem-se excluídos sobretudo devido às burocracias e ao desconhecimento da cultura cigana por parte dos profissionais de saúde. Refutando a hipótese que considera que “os ciganos de Carrazeda de Ansiães sentem que os profissionais de saúde entendem a sua cultura e modos de vida, contribuindo este entendimento para a sua satisfação quando recorrem a estes serviços”. Assim, na opinião dos indivíduos ciganos, os profissionais de saúde não compreendem muitas das especificidades da sua cultura.

Para responder à pergunta principal, a investigação demonstra que existe um sentimento de exclusão e por outro lado, um forte sentimento de pertença étnica. A inclusão faz-se sentir sobretudo da assimilação endogrupal. Os ciganos que ao longo dos tempos têm sido submetidos a processos de aculturação e de marginalização, mantêm no entanto, uma identidade própria, alicerçada num sistema de valores, crenças e normas culturais específicas (Fonseca *et al.*, 2005, p. 7).

Alguns membros da comunidade cigana do bairro estudado consideram que são bem vistos pela sociedade, mas ao mesmo tempo discriminados. Indo ao encontro das hipóteses da pergunta de partida “dado Carrazeda de Ansiães ser uma pequena vila onde existem relações de proximidade e vizinhança, faz com que a comunidade cigana aqui residente se sinta incluída nela mesma”. Podemos assim entender que estes indivíduos percebem que têm uma boa relação com os “aldeanos”. Por outro lado, denotou-se que estes indivíduos valorizavam o contacto com os não ciganos. Mas, indo ao encontro da segunda hipótese da mesma questão, “os indivíduos deste grupo sócio-cultural são socializados em valores e normas da sua própria cultura, considerando por isso desnecessária a aquisição da cultura da sociedade maioritária”. Contudo, através das entrevistas e inquéritos realizados, denotou-se uma valorização por parte dos ciganos no intercâmbio cultural entre ciganos e não ciganos, sobretudo no meio escolar.

Os fatores que contribuem significativamente para situações de exclusão são a falta de inserção no mercado de trabalho e na escola. Estes dois mecanismos contribuem para a reprodução das situações de exclusão deste grupo: o deficit de escolarização e a inserção na economia informal (Mendes, 2005). Também na comunidade cigana de Carrazeda de Ansiães assistimos a um deficit de escolarização, predominando elevadas taxas de absentismo e abandono escolar. Por outro lado, a nível da inserção na economia informal, temos elevadas taxas de desemprego e as situações de trabalho quando surgem são muito precárias. Normalmente são contratados nas épocas de maior labor agrícola, passando grande parte do ano sem qualquer tipo de actividade. Para além disso, um dos fatores apontados para o acentuar da sua situação precária no acesso ao trabalho, foi a entrada de mão-de-obra estrangeira (Búlgaros) no concelho.

Assim, apesar de estes indivíduos sentirem que são bem vistos pela sociedade maioritária, não deixam de sentir que são rejeitados por esta. Isto acontece sobretudo no acesso a esses mesmos bens e serviços (emprego e escola). A exclusão pode traduzir-se assim num comportamento discriminatório, diferenciador entre ciganos e não-ciganos. A comunidade cigana constitui uma minoria que mantém com a sociedade maioritária relações complexas de integração e de exclusão (Mamontoff, 1996, *cit. in* Fonseca *et al.*, 2005, p. 7). A este respeito Fonseca (2005, p. 41) refere que:

Os membros da comunidade cigana, adultos ou crianças, confrontam-se frequentemente com práticas maioritárias que os excluem, de forma simplista e negativa à partida, provavelmente devido ao facto de constituírem um grupo pouco numeroso.

Podemos considerar que a minoria étnica cigana mantém com a sociedade maioritária uma relação complexa de exclusão e inclusão, uma vez que, as populações ciganas, alvos e atores do processo de aculturação e de marginalização, mantêm, no entanto, uma identidade própria, alicerçada num sistema de valores, crenças e normas culturais específicas (Liégeois *cit. in* Fonseca *et al.*, 2005, p. 9).

Relativamente à exclusão sentida no meio escolar convém nunca esquecer que, no caso dos ciganos, a escola é sempre uma instituição estranha, que faz parte, desde há séculos, de um universo tradicionalmente ameaçador (Liégeois, 2001).

Temos consciência que mais questões se levantam com o nosso estudo, nomeadamente a necessidade de mais investigação sobre alguns aspetos focados – como por exemplo a acessibilidade dos ciganos aos serviços públicos e a potencial degradação, ou não, das relações interétnicas após a chegada de imigrantes búlgaros.

As dificuldades metodológicas e procedimentais com que nos deparamos devem-se em parte ao ostracismo que caracteriza estas comunidades. Mesmo que possamos ter considerado que a presença da mediadora cigana tenha servido para ultrapassar a relação de desconfiança, acabamos por perceber que persistem algumas estratégias defensivas.

Creemos, no entanto, que as informações de que dispomos constituem um material de trabalho importante que nos permite responder, em grande parte aos objetivos enunciados, sobretudo no que diz respeito às questões de inclusão/exclusão desta comunidade.

Bibliografia

- Almeida, J. F. de *et alii.* (1994). *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Almeida, J. F. (1993). *Integração social e exclusão social: algumas questões* [Em linha]. Disponível em <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223292685C6oHU6bm4Iv42AH9.pdf>>. [Consultado em 06/07/2011].
- Amorim, A. (1995). *Introdução às Ciências Sociais*. Aveiro: Estante editora.
- Araújo, G. de A., Santos, P. M. e Seixas, P. C. (1998). *Nós e os Outros: A exclusão em Portugal e na Europa*. Porto: Gradiva.
- Aron, R. (2000). *As etapas do pensamento sociológico*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Burgess, R. G. (1997). *A Pesquisa de Terreno, Uma Introdução*. Oeiras: Celta Editora.
- Bastos, J. G. P. (2007). *Que futuro tem Portugal para os portugueses ciganos?* [Em linha]. Disponível em <<http://pt.scribd.com/doc/37452642/Que-futuro-tem-Portugal-para-os-portugueses-ciganos-Jose-Gabriel-Pereira-Bastos>>. [Consultado em 24/08/2011].
- Bastos, J. G. P. e Bastos, S. P. (1999). *Portugal Multicultural. Situação e estratégias identitárias das minorias étnicas*. Lisboa: Fim de século.
- Brym, R. J. *et alii.* (2006). *Sociologia. Sua bússola para um novo caminho*. Brasil: Thomson Edições Lda.
- Cabecinhas, R. (2010). *Expressões de racismo: mudanças e continuidades*. [Em Linha]. Disponível em <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/11002/1/Cabecinhas%20racismos%20bahia%202010.pdf>>. [Consultado em 13/05/2011].
- Cabecinhas, R. e Amâncio, L. (2004). *Dominação e exclusão: representações sociais sobre minorias raciais e étnicas*. Braga: Universidade do Minho. [Em Linha]. Disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/1987/1/rcabecinhas_lamancio_CPS_2004.pdf>. [Consultado em 13/05/2011].
- Cabecinhas, R. (2003). *Categorização e diferenciação: A percepção do estatuto social de diferentes grupos étnicos em Portugal*. [Em linha]. Disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/1591/1/rcabecinhas_ArSoc_2003.pdf>. [Consultado a 19/12/2011].
- Cabecinhas, R. (2002). *Racismo e Etnicidade em Portugal: Uma análise psicossociológica da homogeneização das minorias*. Dissertação para obtenção do grau de Doutor em Ciências da Comunicação. Braga: Universidade do Minho.

Capucha, L. (1998). Exclusão social e acesso ao emprego: paralelas que podem convergir. In: *Revista Sociedade e Trabalho*, nº3. MTS, Lisboa: pp. 60-69.

Capucha, L. (2005). *Desafios da pobreza*. Oeiras: Celta Editora.

Câmara Municipal de Carraceda de Ansiães. [Em linha]. Disponível em <<http://www.cm-carracedadeansiaes.pt/?geografia-do-territorio&cod=218>>. [Consultado em 06/07/2011].

Casa-Nova, M. J. (2009). *Etnografia e produção de conhecimento. Reflexões críticas a partir de uma investigação com ciganos portugueses*. Lisboa: ACIDI.

Casa-Nova, M. J. (2008). *Minorias*. Lisboa: PETI.

Casa-Nova, M. J. (2006). *A relação dos ciganos com a escola pública: Contributos para a compreensão sociológica de um problema complexo e multicultural*. [Em linha]. Disponível em <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/7915/1/Rela%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Ciganos%20com%20a%20escola%20p%C3%BAblica.pdf>>. [Consultado em 08/08/2011].

Casa-Nova, M. J. (2005). *Etnicidade e Educação Familiar: o caso dos ciganos*. [Em linha]. Disponível em <http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4628d0520279d_1.pdf>. [Consultado em 02/12/2011].

Cohen, A. P. (1985). *The Symbolic Construction of Community*. London: Tavistock.

Comissão Parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura. (2008). *Relatório das audições efectuadas sobre Portugueses Ciganos no âmbito do Ano Europeu para o Dialogo Intercultural*. Lisboa: Assembleia da República.

Cortesão, L. et alii. (2005). *Pontes para outras viagens – escola e comunidade cigana: representações recíprocas*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

Costa, A. B. da et alii. (2008). *Um olhar sobre a pobreza – vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo*. Lisboa: Gradiva.

Cruz, M. B. da. (1995). *Teorias sociológicas – os fundadores e os clássicos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Dias, E. C. et alii. (2006). *Comunidades Ciganas: Representações e Dinâmicas de Exclusão/Integração*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

Demartis, L. (1999). *Compêndio de Sociologia*. Lisboa: Edições 70 Lda.

Deshaies, B. (1992). *Metodologia da Investigação em Ciências Humana*. Lisboa: Instituto Piaget.

Diagnóstico Social de Carrazeda de Ansiães. [Em linha]. Disponível em <http://195.245.197.216/CLAS/Todos/DOCS_enviados//403/1.%20Diagn%F3stico%20Social/1.%20Diagn%F3stico%20Social.pdf>. [Consultado 19/12/2011].

Duarte, I. *et alii*. (2005). *Coexistência inter-étnica, espaços e representações sociais: os ciganos vistos pelos outros*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

Fernandes, C. e Carvalho, M. Santos, H. (2007). Senda Gitana – Retrato social da comunidade cigana no concelho de Aveiro. [Em linha]. Disponível em <<http://www.caritas.pt/ficheiros/aveiro/file/doc.final.pdf>>. [Consultado em 06/07/2011].

Fonseca, E. P. *et alii*. (2005). *Representações Sociais das comunidades ciganas e não ciganas – Implicações para a Integração Social*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

Fischer, Gustave-Nicolas. (2002). *Os conceitos fundamentais da Psicologia Social*. Lisboa: Instituto Piaget.

Fortin, M. F., Côte, J. e Filon, J. (2009). *Fundamentos e etapas do processo de investigação*. Loures: Lusodidacta.

Galliano A. G. (1981). *Introdução à Sociologia*. São Paulo: Harper & Row do Brasil Lda.

Giddens, A. (2002). *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Giddens, A. (1995). *As consequências da Modernidade*. Oeiras: Celta Editora.

Goffman, E. (1996). *Representações do Eu na vida Cotidiana*. Petrópolis: Editora Vozes.

Ketele, J.M. de, e Roegiers, X. (1993). *Metodologia de recolha de dados: fundamentos dos métodos de observações, de questionários de entrevistas, e de estudo de documentos*. Lisboa: Instituto Piaget.

Liégeois, Jean-Pierre. (2001). *Minorias e Escolarização: o rumo cigano*. Lisboa: Secretariado Entreculturas/Ministério da Educação.

Liégeois, Jean-Pierre. (1989). *Ciganos e Itinerantes*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia.

Localização de Carrazeda de Ansiães no mapa de Portugal. [Em linha]. Disponível em <<http://terrasdeportugal.wikidot.com/carrazeda-de-ansiaes>>. [Consultado em 06/07/2011].

Magano, O. (2010). “Tracejar vidas normais” *Estudo qualitativo sobre a integração social de indivíduos de origem cigana na sociedade portuguesa*. Tese de Doutoramento em Sociologia, Universidade Aberta.

Mapa das Freguesias de Carrazeda de Ansiães. [Em linha]. Disponível em <<http://retratoserecantos.pt/concelho.php?id=28>>. [Consultado em 06/07/2011].

Marconi, M. e Lakatos, E. M. (2001). *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Editora Atlas.

Martins, G. e Theóphilo, C. R. (2007). *Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas*. São Paulo: Editora Atlas.

Mendes, M. M. F. (2005). *Nós os Ciganos e os outros – Etnicidade e Exclusão Social*. Lisboa: FCT.

Montenegro, M. (2003). *Aprendendo com ciganos: processos de ecoformação*. Lisboa: Educa.

Moscovici, S. (1988). Notes towards a description of social representations. *European Journal of Social Psychology*, vol. 18, pp. 211-250.

Morales, J. F. (1997). *Psicologia Social*. Madrid: McGraw-Hill.

Nicolau, L. F. (2010). *Ciganos e não Ciganos em Trás-os-Montes: investigação de um impasse inter-étnico*. Chaves, Tese de Doutoramento em Ciências Sociais, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Nunes, O. (1981). *O Povo Cigano*. Porto: Livraria Apostolado da Imprensa.

Nunes, J. et alii. (2002). *III Congresso de Trás-os-Montes e Alto Douro*. Porto: Arvore.

Neto, F. (1998). *Psicologia social*. Lisboa: Universidade aberta.

Observatório Sócio-demográfico das Comunidades Ciganas. (2010). [Em linha]. Disponível em <http://www.adcmoura.pt/Docs/Observatorio_Comunidades_Ciganas_Sobral_Povoa.pdf>. [Consultado em 12/01/2012].

Paços do Concelho e Brasão do Concelho de Carrazeda de Ansiães. [Em linha]. Disponível em <<http://retratoserecantos.pt/concelho.php?id=28>>. [Consultado em 06/07/2011].

Paugam, S. (2003). *A desqualificação social – ensaio sobre a nova pobreza*. São Paulo: Cortez Editora.

Pinto, R. S. e Pinto, N. (2009). *Retratos e Recantos de Portugal: Distrito de Bragança e Vila Real*. Sevilla: Punto Gráfico.

Pires, R. P. (2003). *Migrações e Integração*. Oeiras: Celta Editora.

Quivy, R. e Campenhoudt, L. V. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Richardson, R. J. *et alii.* (2008). *Pesquisa Social – Métodos e Técnicas*. São Paulo: Editora Atlas S.A.

Rosental, C. e Frémontier-Murphy, C. (2002). *Introdução aos métodos quantitativos em ciências humanas e sociais*. Lisboa: Instituto Piaget.

Rocha-Trindade, M. B. (1995). *Sociologia das migrações*. Lisboa: Universidade Aberta.

Silver, B. D. e Dowley, K. M. (2000). *Measuring political culture in multi-ethnic societies: Reaggregating the World Values Survey*. [Em Linha]. Disponível em <<http://www.uh.edu/democracy/silverdowleyp.pdf>> [Consultado em 22/12/2011].

Silva, L. F. (2005). *Saúde/Doença é questão de cultura — Atitudes e comportamentos de saúde materna das mulheres ciganas em Portugal*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

Silva, M. C. e Silva, S. (2000). *Práticas e representações sociais face aos ciganos – O caso de Oleiros*. In: Actas do IV Congresso Português de Sociologia. [Em Linha]. Disponível em <http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462dc1eccaa41_1.PDF>. [Consultado em 12/03/2012].

Silva, L. da S. (2008). *Modernidade e Desigualdade Sociais*. Lisboa: Universidade Aberta.

Unesco. (1967). *Statement on Race and Racial Prejudice*. [Em linha]. Disponível em <http://www.honestthinking.org/en/unesco/UNESCO.1967.Statement_on_Race.htm>. [Consultado em 12/09/2011].

Vala, J. (1997). *Representações sociais e percepções intergrupais*. [Em linha]. Disponível em <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1221840494M6zFQ7xv9Rd55BV5.pdf>>. [Consultado em 08/08/2011].

Vias rodoviárias de Carrazeda de Ansiães. [Em linha]. Disponível em <<http://puraexperiencia.blogspot.com/2010/05/visitar-carrazeda-de-ansiaes.html>>. [Consultado em 06/07/2011].

Vicente M. J. (2009). *As Comunidades Ciganas e a Saúde: um primeiro retrato nacional*. Porto: REAPN (Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal).

Vista de Carrazeda de Ansiães. [Em linha]. Disponível em <<http://www.carrazedadeansiaes.net/>>. [Consultado em 06/07/2011].

Xiberras, M. (1996). *As Teorias da Exclusão. Para Uma Construção do Imaginário do Desvio*. Lisboa: Instituto Piaget.

Anexos

Anexo 1 – Inquérito por Questionário

Inquérito aplicado aos indivíduos ciganos

Idade ___

Sexo: F ___ M ___

1. Educação / Aprendizagem

1.1. Qual o seu nível académico?

Analfabeto	
até ao 4º Ano	
entre o 4º e 9º Ano	

1.2. Quais as principais razões que levam ao abandono escolar das crianças ciganas (rapazes? raparigas?)

	Sim	Não
Dificuldades económicas		
Dificuldades de aprendizagem		
Pouca utilidade da escola		
Deveres familiares / tradição e costumes		
Falta de meios de transporte		
Más instalações da escola		
Mau acolhimento no meio escolar		
Outro motivo (indicar)		

1.3. Na sua opinião, a criança cigana enfrenta algumas dificuldades na escola?

Sim Não

1.3.1. Se sim, quais são essas dificuldades?

	Sim	Não
Discriminação		
Horários fixos		
Disciplina exigida na sala de aulas		
Distância		
Dificuldades de aprendizagem		
Outro motivo (indicar)		

1.4. Como é/era o seu relacionamento com colegas e professores? (Marcar com X)

Muito Boa Boa Aceitável Má Muito Má

1.5. Qual é importância que a escola tem para a comunidade cigana? (Marcar com X)

Muita ___ Pouca ___ Razoável ___ Não tem Importância ___

1.6. Pensa que a escola poderá ser importante para o futuro das crianças ciganas?

Sim ____ Não ____

1.6.1. Se Sim, qual é a importância da escola no futuro das crianças?

	Sim	Não
Aprender a ler e escrever		
Poder futuramente encontrar um trabalho		
Poder contactar com crianças não ciganas		
Poder continuar a estudar		
Outro motivo (indicar)		

1.7. Como caracteriza a relação com a escola?

Muito Boa Boa Aceitável Má Muito Má

2. Percurso e situação Profissional

2.1. Situação Face ao Emprego

Empregado	
Desempregado	
Estudante	
Nunca Trabalhou e Não Procura Emprego / Trabalho	
Reformado	

2.2. O que significa para si trabalho?

	Sim	Não
Meio de subsistência		
objectivo de vida		
Outro significado (indicar)		

2.3. Exerce ou já exerceu alguma profissão?

Sim ____ Não ____

2.3.1. Se Sim, o que fazia? _____

2.3.1.1. Esse trabalho é realizado com regularidade?

Sim Não

2.4. Não estando a trabalhar, anda à procura de emprego/trabalho?

Sim ____ Não ____

2.4.1. Se **não** anda à procura de emprego/trabalho, qual(s) o(s) motivo(s)?

	Sim	Não
Por motivo de doença		
Por motivos familiares (cuidados com o lar, crianças ou idosos)		
Por motivos culturais (casar, ter filhos)		
Falta de estudos		
Discriminação racial		
Outro motivo (Indicar)		

2.5. Na sua opinião, a comunidade cigana de Carrazeda de Ansiães enfrentam dificuldades para conseguir trabalho?

Sim Não

2.6. Quais os principais problemas que as comunidades ciganas enfrenta para conseguir trabalho?

	Sim	Não
Discriminação		
Falta de Trabalho		
Muita oferta de mão-de-obra (búlgaros...)		
Outro motivo (Indicar)		

3. Condições de vida (situação sócio - económica) e Proteção Social (apoio social).

3.1. Indique a origem do principal rendimento do agregado

4. Saúde

4.1. Está inscrito no Centro de Saúde? Sim ___ Não ___

4.2. Como considera a sua relação com os médicos, enfermeiros?

Muito Boa Boa Aceitável Má Muito Má

4.3. Enfrenta algumas dificuldades, quando vai ao Centro Saúde/Hospital?

Sim ___ Não ___

4.3.1. Se sim, indique os principais problemas que identifica.

	Sim	Não
Atendimento desigual		
Mau acolhimento		
Burocracias		
Falta de conhecimento da cultura Cigana por parte dos profissionais de saúde		
Dificuldade de acesso aos serviços (psicologia, fisioterapia...)		
Outro motivo (Indicar)		

5. Relação com a sociedade envolvente - Representações sociais

5.1. Como acha que os não ciganos vêem os ciganos?

	Sim	Não
Bem Vistos		
Toleram		
Mal Vistos		
Com desconfiança		
Outro motivo (Indicar)		

5.2. Alguma vez se sentiu discriminado?.

Sim ____ Não ____

5.3. Como considera a relação das comunidades ciganas com a comunidade em geral?

Muito Boa Boa Aceitável Má Muito Má

5.4. Como acha que os ciganos são tratados pela sociedade?

	Sim	Não
Com igualdade		
Discriminados		
Outro motivo (Indicar)		

Anexo 2 – Entrevista

Trajetos escolar

1. Porque não estudou mais?
2. Porque é que as crianças ciganas abandonam a escola?

Relação com o mercado de trabalho

1. Quando pensa em trabalhar o que significa?
2. O que é que os Búlgaros vieram alterar?

Representações sociais e discriminação

1. Como acha que os aldeanos vêem os ciganos?
2. Pensa que os ciganos são discriminados? Em que aspetos?
3. Alguma vez se sentiu discriminado? Pode explicar como aconteceu?
4. Como considera a relação dos ciganos com os aldeanos?